

## Relatório da Etapa Municipal da IV Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2022 – PALMAS/PR

Os trabalhos da IV CONAE -2022 – Fase Municipal – iniciou com uma reunião entre a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e o Conselho Municipal de Educação, ficando definido o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um, a data para realização da Conferencia Nacional de Educação, etapa Municipal. O Executivo Municipal publicou o Decreto Municipal nº 3.941, no dia 07 de dezembro de dois mil e vinte e um, que: “Torna pública a realização da Conferencia Municipal de Educação – Etapa Municipal da IV Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2022 e dá outras providencias”, estipulando o dia dezesseis de dezembro de dois mil e vinte e um para a realização da Conferencia Municipal, (anexo I).

A Coordenação, organização e realização da Conferencia Municipal ficou de responsabilidade do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura, os quais instituíram a Comissão Organizadora Geral e duas subcomissões: I – Comissão Especial de Mobilização e Divulgação – CEMD – e II- Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS, constituídas por representantes do Conselho Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Educação, através da Resolução 008/2021 (anexo II).

No dia sete de dezembro, a Comissão Geral abriu uma Consulta Pública Online, conclamando a sociedade palmense a participar da etapa preparatória da Conferencia Municipal de Educação - Etapa Municipal da IV Conferencia Nacional de Educação – CONAE 2022, através de link divulgado no site da Prefeitura Municipal e no Portal da Secretaria Municipal de Educação juntamente com o Documento Referencia da CONAE 2022 e com o Plano Municipal de Educação 2015-2025. Ainda no dia sete de dezembro iniciou-se a divulgação com convites e link para a pré-inscrição dos interessados na participação da Conferencia.

No dia dez de dezembro de dois mil e vinte e um, aconteceu a pré-conferencia municipal envolvendo todos os professores, funcionários e conselhos escolares das instituições de ensino da Rede Municipal de Palmas. Cada Instituição organizou seus professores, funcionários e membros do Conselho Escolar, distribuídos entre os três

eixos. A pré-conferência aconteceu em vários ambientes escolares no período matutino e vespertino. Neste dia, foram disponibilizados aos professores, cópias do Documento Referencia para leitura e possíveis alterações, supressões, acréscimos de sugestões, as quais foram sistematizadas posteriormente e levadas para as discussões de Eixos na Conferencia Municipal.

A Conferencia Municipal de Educação – Etapa Municipal da IV CONAE 2022, aconteceu no dia dezesseis do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, nas dependências do Centro Cultural Dom Agostinho José Sartori, com início as 8:00 (oito horas) com o credenciamento e encerramento as 17:30 (dezessete horas e trinta minutos), após a eleição dos delegados. A programação segue em anexo a este relatório (anexo III).

Foram convidados, o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, o presidente do Conselho Municipal de Educação, o presidente da Câmara de Vereadores, a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, além de representantes dos diversos segmentos educacionais. A Conferência Municipal ainda contou com a participação efetiva de professores, gestores escolares, sociedade civil e, representantes da diversidade do município de Palmas (quilombolas e indígenas).

Após a abertura da Conferencia, passou-se para a leitura do Regimento Interno, o qual foi aprovado pelos participantes (anexo IV).

Contamos com a explanação do Professor Doutor Dorival Perez que discorreu sobre o Plano Nacional de Educação, o Monitoramento do Plano Municipal de Educação 2015-2025 e a importância de traçar metas coerentes e exequíveis para o Plano Municipal de Educação 2025 – 2035.

Em seguida, os trabalhos de Eixos iniciaram sob a coordenação da Comissão Geral e de membros do Conselho Municipal de Educação. Os participantes puderam optar durante o credenciamento qual Eixo gostariam de acompanhar e contribuir com as reflexões passando para as Plenárias de Eixo.

No período vespertino aconteceu a Plenária Final com os apontamentos e aprovações das alterações, supressões e adições sugeridas pelos participantes gerando assim o documento que segue (optamos manter a estrutura do documento):

Legenda:

Palavras/frases em vermelho = alterar

Palavras/frases em vermelho ~~tachado~~ = suprimir

Palavras/frases em azul: acrescentar/adicionar

DOCUMENTO REFERÊNCIA

INCLUSÃO, EQUIDADE  
E QUALIDADE:  
compromisso com o  
futuro da educação  
brasileira

CONAE

2022

Conferência Nacional de Educação



**FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO E MONITORAMENTO**

**ESTRUTURA DO DOCUMENTO REFERÊNCIA**

Brasília – DF

2021

## SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FNE.....	5
COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO – CEMS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	8
<b>EIXO 1. O PNE 2024 – 2034: avaliação das diretrizes e metas .....</b>	<b>13</b>
<b>EIXO 2. Uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da educação.....</b>	<b>30</b>
I. O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro que assegure o acesso a inovação, tecnologias e oferta de educação aberta e a distância .....	30
<i>Um futuro construído hoje .....</i>	<i>30</i>
<i>O paradigma da aprendizagem .....</i>	<i>31</i>
<i>Os desafios das mudanças demográficas .....</i>	<i>32</i>
<i>A Educação Aberta e os Recursos Educacionais Abertos .....</i>	<i>33</i>
<i>A Educação a Distância.....</i>	<i>36</i>
<i>O uso intensivo de tecnologia com intencionalidade pedagógica.....</i>	<i>37</i>
II. O PNE 2024 – 2034 na organização e construção de uma escola para o futuro: garantia de referenciais curriculares, práticas pedagógicas, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica que permita a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a dispositivos computacionais.....	39
<i>Políticas públicas em prol da integração da tecnologia e da conectividade à Educação.....</i>	<i>39</i>
<i>Integração da tecnologia ao currículo.....</i>	<i>40</i>
<i>Inovação das práticas pedagógicas .....</i>	<i>43</i>
<i>O papel do professor na escola do futuro.....</i>	<i>44</i>
<i>O desafio da garantia da infraestrutura física e tecnológica .....</i>	<i>45</i>

**EIXO 3. Criação do SNE: avaliação da legislação inerente e do modelo em construção.....47**

I. O PNE 2024-2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação: instituição, democratização, cooperação federativa, regime de colaboração, parcerias público-privadas, avaliação e regulação da Educação .....48

*Importância da instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE).....48*

*Princípios para implementação do SNE .....50*

*Aspectos da avaliação e da regulação da Educação no SNE.....51*

*Articulação entre SNE e PNE 2024-2034.....52*

II. O PNE 2024-2034, políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação.....53

*Políticas Educacionais, intersetorialidade e desenvolvimento territorial e local...53*

*Resgatando os documentos das CONAEs de 2010, 2014.....54*

III. O PNE 2024-2034 e o financiamento da educação: gestão, transparência e controle social .....58

## COMPOSIÇÃO DO FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FNE

### FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO – FNE

**COORDENADORA:** Maria Ester Galvão de Carvalho

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED)

**Titular:** Fredric Michael Litto

**Suplente:** Luciano Sathler Rosa Guimarães

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EVANGÉLICAS (ABIEE)

**Titular:** Ítalo Francisco Curcio

**Suplente:** Geomário Moreira Carneiro

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS (ABRUC)

**Titular:** Paulo Muniz Lopes

**Suplente:** Ricardo Carlos

### ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS E MUNICIPAIS (ABRUEM)

**Titular:** José Bites de Carvalho

**Suplente:** Fátima Raquel Rosado Morais

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES)

**Titular:** Gustavo Henrique de Sousa Balduino

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA DO BRASIL (ANEC)

**Titular:** Roberta Valéria Guedes de Lima

**Suplente:** Guinartt Diniz

### ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES (ANUP)

**Titular:** Elizabeth Regina Nunes Guedes

**Suplente:** Renato Padovese

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (CEC/CF)

**Titular:** Israel Matos Batista

**Suplente:** Paulo Moreno Paro Belmonte

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO SENADO FEDERAL (CEC/SF)

**Titular:** Flávio José Arns

**Suplente:** Roberta Sousa Almeida Pontes

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI)

**Titular:** Felipe Esteves Pinto Morgado

**Suplente:** Maria Eliane Franco Monteiro Azevedo

### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO (CONFENEN)

**Titular:** Arnaldo Cardoso Freire

**Suplente:** João Luiz Cesarino da Rosa

### CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO (CONSED)

**Titular:** Felipe Camarão

**Suplente:** Eliana Nunes Estrela

### COMITÊ BRASILEIRO DAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS DA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CRPD)

**Titular:** Edna Aparecida Alegro

**Suplente:** Erenice Nathalia Soares de Carvalho

### CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS (CRUB)

**Titular:** Beatriz Maria Eckert-Hoff

**Suplente:** Maria Betriz Balena Duarte

### CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE)

**Titular:** Suelly Melo de Castro Menezes

**Suplente:** Joaquim José Soares Neto

### COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)

**Titular:** Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**Suplente:** Maria Cristina Mesquita da Silva

### FÓRUM NACIONAL DOS CONSELHOS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO (FONCEDE)

**Titular:** Maria Ester Galvão de Carvalho

**Suplente:** Osvaldir Ramos



**FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)** Titular: Marcelo Lopes da Ponte  
Suplente: Garigham Amarante Pinto

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)**  
Titular: Danilo Dupas Ribeiro  
Suplente: Luis Filipe de Miranda Grochocki

**REDE AMAZÔNIA NEGRA** Titular:  
Marlon Seabra Peres Suplente:  
Rosiani Sanches Mourão

**REPRESENTAÇÃO DAS ENTIDADES DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO – INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA (IMPA)**  
Titular: Marcelo Miranda Viana da Silva  
Suplente: Henrique Bursztyn

**REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE AFIRMAÇÃO DA DIVERSIDADE – ALIANÇA NACIONAL LGBTI+**  
Titular: Antonio Luiz Martins Harrad Reis (Toni Reis)  
Suplente: Rafaelly Wiest da Silva

**REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA "S" – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI)** Titular: Wisley João Pereira  
Suplente: Ana Luiza Snoeck Neiva do Amaral

**REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA "S" – SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC)**  
Titular: Daniele Bernardino Pereira de Salles  
Suplente: Anderson Córdova Pena

**REPRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS EM DEFESA DA EDUCAÇÃO – TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE)**  
Titular: Lucas Fernandes Hoogerbrugge

**SECRETARIA EXECUTIVA ADJUNTA (SEA)**  
Titular: José de Castro Barreto Júnior  
Suplente: Dilermando José da Silva

**SECRETARIA DE ALFABETIZAÇÃO (SEALF)** Titular: Anthony Tannus Wright  
Suplente: Daniel Prado Machado

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR (SESu)**  
Titular: Carlos Eduardo Sanches da Silva  
Suplente: Fabiana Miqueletti

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB)** Titular: Mauro Luis Rabelo Suplente:  
Helber Ricardo Vieira

**SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)**  
Titular: Paulo Roberto Araujo de Almeida  
Suplente: Anderson Jamil Abrahao

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC)**  
Titular: Marilza Machado Gomes Regattieri  
Suplente: Kedson Raul de Souza Lima

**SECRETARIA DE MOBILIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO (SEMESP)**  
Titular: Fabrício Storani de Oliveira Suplente:  
Nídia Regina Limeira de Sá

**UNIÃO NACIONAL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNCME)**  
Titular: Manoel Humberto Gonzaga Lima  
Suplente: Eduardo César da Silva

**UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO (UNDIME)**  
Titular: Aléssio Costa Lima Suplente:  
Marcelo Ferreira da Costa

**UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE)** Titular: Luis Filipe Eich  
Suplente: Guilherme Barbosa Rodrigues F. Naves

**UNIÃO BRASILEIRA DOS ESTUDANTES SECUDARISTAS (UBES)**  
Titular: Marcelo Acacio da Silva  
Suplente: Rozana Barroso



## COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO – CEMS

Coordenadores	Alessio Costa Lima	Undime
	Roberta Guedes	ANEC
Membros	Ana Luiza Snoeck Neiva do Amaral	SESI
	Carlos Cezar Modernel Lenuzza	CAPES
	Carlos Eduardo Sanches da Silva	SESu/MEC
	Danilo Dupas Ribeiro	INEP
	Dilermando José da Silva	SEA/MEC
	Eduardo César da Silva	UNCME
	Fabício Storani de Oliveira	SEMESP/MEC
	Fredric Michael Litto	ABED
	Ítalo Francisco Curcio	ABIEE
	João Luiz Cesarino da Rosa	CONFENEN
	Kedson Raul de Souza Lima	SETEC/MEC
	Luciano Sathler Rosa Guimarães	ABED
	Luís Filipe de Miranda Grochocki	INEP
	Luis Filipe Eich	UNE
	Marcelo Acácio da Silva	UBES
	Maria Beatriz Balena Duarte	CRUB
	Maria Cristina Mesquita da Silva	CAPES
	Marilza Machado Gomes Regattieri	SETEC/MEC
	Mauro Luiz Rabelo	SEB/MEC
	Oswaldir Ramos	FONCEDE
	Paulo Muniz Lopes	ABRUC
Roberta Sousa Almeida Pontes	CE/SF	
Senador Flávio José Arns	CE/SF	
Suely Melo de Castro Menezes	CNE	
Wisley João Pereira	SESI	
Convidados	Alexsander Moreira	SEB/MEC
	Issana Nascimento Rocha	Assessoria Sen. Flávio Arns
	Ivanilde Maria Tibola	Assessoria Sen. Flávio Arns
	Luís Henrique Vieira	SEB/MEC
	Renata Costa Cabral	SEA/MEC

## APRESENTAÇÃO

Uma nação é respeitada e considerada forte quando, nela, vivencia-se uma democracia consistente, a qual, por sua vez, só é possível, em sua plenitude, se sua Educação é reconhecidamente de alta qualidade.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a integrar o rol das maiores democracias do planeta, a fazer parte do conjunto de nações respeitadas por ser, de igual modo, um exemplo de nação livre e soberana, com modelo institucional que lhe dá uma identidade própria.

Na seção I, do capítulo III, a Carta Magna diz, em seu Artigo 205, o seguinte:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para que tal determinação seja realidade perene e cada vez mais evidente, existem as instituições que sustentam e participam constantemente de ações que perseguem a plenitude deste imperativo, dentre as quais situam-se a família, a escola e demais representantes dos diferentes segmentos da sociedade. A Educação não se limita a um ensino propedêutico formal, o qual, não obstante sua importância, não é seu único integrante. A Educação deve ser entendida como a formação total de cidadania, pautada em princípios e valores que caracterizam uma cultura.

A legislação que pauta a Educação Nacional avançou a partir da promulgação da atual Constituição Federal, com leis e decretos importantíssimos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, mediante a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990; e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dentre outros dispositivos legais.

No Artigo 214 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), podemos ler:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Neste contexto, surgiram os Planos Nacionais de Educação – PNE, contemporâneos, mediante a promulgação da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprovou o PNE 2001-2010, e a promulgação da Lei 13.005, de 25 de julho de 2014, que aprovou o PNE 2014-2024, atualmente em vigor.

Com a publicação da Portaria do Ministério da Educação, 1.407 de 14 de dezembro de 2010, criou-se o Fórum Nacional de Educação – FNE, tornando-se órgão de Estado, com a promulgação da Lei 13.005/2014, na qual lhe é confiada, em seu Artigo 5<sup>o</sup>, a missão de ser uma das instâncias responsáveis pela execução do PNE, mantendo monitoramento contínuo e realização de avaliações periódicas.

O Artigo 6<sup>o</sup> desta mesma lei diz:

- A União promoverá a realização de pelo menos 2 (duas) conferências nacionais de educação até o final do decênio [2014-2024], precedidas de conferências distrital, municipais e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação, instituído nesta Lei, no âmbito do Ministério da Educação.

§ 1<sup>o</sup> O Fórum Nacional de Educação, além da atribuição referida no caput: I

- acompanhará a execução do PNE e o cumprimento de suas metas;

II - promoverá a articulação das conferências nacionais de educação com as conferências regionais, estaduais e municipais que as precederem.

§ 2<sup>o</sup> As conferências nacionais de educação realizar-se-ão com intervalo de até 4 (quatro) anos entre elas, com o objetivo de avaliar a execução deste PNE e subsidiar a elaboração do plano nacional de educação para o decênio subsequente. (BRASIL, 2014).

A partir dessas definições legais, organizou-se a Conferência Nacional de Educação – CONAE, que se realizará nos dias 23, 24 e 25 de novembro de 2022, desenvolvendo a temática “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”.

A pauta da CONAE 2022 versará sobre os temas propostos pelo FNE, estruturados em eixos e sub- eixos mencionados a seguir, introduzindo-se em seu início, as questões relativas à avaliação do PNE 2014-2024, a avaliação da evolução das políticas públicas educacionais (de Estado e de Governo), no intervalo 2018 – 2022, quadriênio transcorrido entre a última CONAE e a próxima.

## **I – TEMAS DA CONFERÊNCIA**

### **1. NOVO PNE – 2024 - 2034**

- Avaliação das 10 Diretrizes do PNE – 2014 - 2024
- Avaliação das 20 metas do PNE – 2014 - 2024
- Relação da atual demanda
- Desigualdades e inclusão

### **2. SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

- Avaliação da legislação inerente
- Projeto de modelo

### **3. EDUCAÇÃO NACIONAL**

- Formação de Professores e continuada
- BNCC – Currículos
- Financiamentos
- Políticas de Cotas
- Educação Especial
- Educação Profissional e Tecnológica

## **4. EQUIDADE E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO**

### **II – EIXOS E SUB-EIXOS**

#### **Eixo 1. O PNE 2024 – 2034: avaliação das diretrizes e metas**

- I. Evolução das Políticas Educacionais de 2018 a 2022 – Avaliação da evolução das Políticas Públicas, no âmbito da Educação, desde a realização da última CONAE (2018) até 2022.
- II. O Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 - Avaliação diagnóstica sobre as 10 Diretrizes e as 20 metas estabelecidas, atualização sobre as atuais demandas.
- III. O PNE 2024-2034 e a valorização dos profissionais da Educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde.
- IV. O PNE 2024-2034 e a Inclusão: acessibilidade, direitos humanos e ambientais, justiça social, políticas de cotas, educação especial e diversidade.
- V. O PNE 2024-2034 e a equidade: democratização do acesso, permanência, aprendizagem, e gestão do fluxo escolar.
- VI. O PNE 2024-2034 e a qualidade: avaliação e regulação das políticas educacionais, Base Nacional Comum Curricular – BNCC.
- VII. O PNE 2024-2034 e a gestão democrática da escola pública: participação popular e controle social.
- VIII. O PNE 2024-2034: os limites e necessidades impostos por crises que impactem a escola: educação em tempos de pandemia.
- IX. O PNE 2024-2034: desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

## **Eixo 2. Uma escola para o futuro: Tecnologia e conectividade a serviço da Educação**

- I. O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro que assegure o acesso a inovação, tecnologias, oferta de educação aberta e a distância.
- II. O PNE 2024 – 2034 na organização e construção de uma escola para o futuro: garantia referenciais curriculares, práticas pedagógicas, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica que permitam a ampliação da conectividade, o acesso à internet e a dispositivos computacionais.

## **Eixo 3. Criação do SNE: avaliação da legislação inerente e do modelo em construção**

- I. O PNE 2024 – 2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação: instituição, democratização, cooperação federativa, regime de colaboração, parcerias público-privadas, avaliação e regulação da educação.
- II. O PNE 2024 – 2034, políticas interssetoriais de desenvolvimento e Educação cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação.
- III. O PNE 2024 – 2034 e o financiamento da educação: gestão, transparência e controle social.

## **EIXO 1. O PNE 2024 – 2034: avaliação das diretrizes e metas**

De acordo com o artigo 5<sup>o</sup>, da Lei 13.005/2014, é confiada ao Fórum Nacional de Educação – FNE a missão de ser uma das instâncias responsáveis pela execução do Plano Nacional de Educação – PNE, mantendo monitoramento contínuo e realização de avaliações periódicas. Vale referendar que, de acordo com o inciso II do Artigo 6<sup>o</sup> desta mesma lei, é o FNE que deve promover a articulação das Conferências Nacionais de Educação com as Conferências Regionais, Estaduais e Municipais que as precederem.

Diante disto, a CONAE-2022 terá em seu Eixo 1, como uma importante atividade prevista a incumbência de avaliar as diretrizes e metas que serão estabelecidas para o Plano Decenal 2024-2034, o novo Plano Nacional de Educação.

Visando a sistematização que assegure o êxito necessário e desejado, este Eixo foi subdividido em 9 sub-eixos, cada um dos quais com objetivos específicos claramente estabelecidos.

- *O SUB-EIXO I estabelece como tema específico a Evolução das Políticas Educacionais de 2018 a 2022, e tem o objetivo de avaliar a evolução das Políticas Públicas, no âmbito da Educação, desde a realização da última CONAE (2018) até 2022.*

Por meio das avaliações feitas ao longo dos últimos anos, sobretudo, a partir de 2014, ano do início da vigência do atual PNE podemos constatar que a nação tem passado por diversas situações de natureza social, de diferentes demandas, **tais como, as relacionadas a má distribuição de renda, desigualdades sociais e de acesso à cultura**, especialmente, na Educacional.

O estabelecimento das 10 diretrizes e 20 metas a serem **seguidas** e cumpridas no período de vigência do PNE, dentro dos respectivos prazos referentes a cada uma das metas, conduziu os governos de cada ente federado, **município, estado e união**, a busca da melhor forma, o atingimento destas metas.



Para se auferir o resultado almejado, devem-se promover políticas públicas com fins dirigidos para este objetivo, de acordo com as atribuições e competências de cada nível de governo, **bem como garantir a efetiva participação dos conselhos em relação a fiscalização das ações governamentais, a partir de mecanismos democráticos já consolidados.**

Neste sentido, cada ente federado deve, dentro de suas prerrogativas, implementar ações que viabilizem o alcance dos resultados previstos não só no PNE, como também, no suprimento de outras demandas que surgiram paralelamente às apontadas quando da elaboração do plano decenal 2014-2024.

Entende-se que o PNE apresenta diretrizes e metas no sentido macro das demandas inerentes à Educação Nacional e que não se configuram como únicas, para se ter a Educação com padrão nacional de qualidade, referenciado socialmente e garantido pelo Estado, largamente apregoada, sobretudo, depois da democratização da nação, a partir de 1988, mediante sua nova Constituição. Sabe-se que a realidade nacional não é homogênea, que existem especificidades em todos os setores da nação e regiões do país, e que, por isso, no âmbito dos entes federados. **É compromisso da comunidade escolar, avaliar e elencar as necessidades a serem atendidas, cumprindo as prerrogativas da gestão democrática.**

No âmbito do FNE, que reúne representantes de diversos setores e segmentos da sociedade civil e do Estado, **compilam-se** informações que permitem construir um diagnóstico praticamente contínuo da situação da Educação, em nível nacional. Todavia, mesmo conhecendo-se necessidades pontuais, em nível de municípios ou de Estados da Federação, essa preocupação específica e consequente avaliação diagnóstica é de competência dos Fóruns Municipais, Estaduais e Distrital.

A CONAE tem dentre seus objetivos o de agrupar os representantes destes Fóruns, para que, conjuntamente, possam ser discutidos não somente as necessidades e eventuais insucessos decorrentes da falta de políticas públicas ou de políticas públicas imperfeitas, tanto de governo como de estado, mas também os sucessos atingidos. A CONAE se configura num grande fórum de compartilhamento de ideias, de apresentação de resultados de sucesso e de insucesso, e de debates, no âmbito da Educação.

Neste sentido, o tema sugerido neste eixo deverá imbuir os responsáveis que **discutirão a apresentação referente à evolução** das Políticas Públicas implementadas, tanto em nível de Governo, como de Estado, **nas instâncias federal, estaduais e municipais**, nos últimos anos, especificamente a partir de 2018.

- *O SUB-EIXO II estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e tem como objetivo fazer uma Avaliação diagnóstica sobre o desempenho da educação nacional, com às 10 diretrizes e 20 metas estabelecidas, atualizando-as segundo as novas demandas e novo cenário da Educação.*

Sabe-se que a História da Educação Brasileira possui peculiaridades **únicas** em nível internacional, mesmo desconsiderando-se seu início, desde a chegada dos Jesuítas, no século XVI, até as Reformas Pombalinas, em meados do século XVIII.

Assim sendo, pode-se pensar, somente a partir da Independência e mais especificamente após a promulgação da Primeira Constituição Nacional, em 25 de março de 1824.

Mesmo se considerando a não realização de avaliação ou análise rigorosa, verifica-se, que por mais de um século, desde a primeira constituição, o desenvolvimento de Políticas Públicas, referentes à Educação Nacional, foi bastante irregular. Rigorosamente, somente após decorrido mais da metade do **século XX**, a nação brasileira “ganharia” uma lei que subsidia exclusividade a Educação, a exemplo do que já ocorria, há muito tempo, com as nações mais avançadas **economicamente. ~~do mundo havia muito tempo.~~** Foi em 20 de dezembro de 1961, que se promulgou a primeira LDBEN, a Lei 4.024. Em decorrência desta lei de Diretrizes e Bases e do disposto na Constituição de 18 de setembro de 1946, o então Conselho Federal de Educação apresentou, em 1962, um conjunto de regras, que ficaria marcado nessa história, como o primeiro Plano Nacional de Educação.

Entretanto, tal plano figurou como uma política de governo e não de Estado, não foi objeto de lei que institucionalizasse. Por conseguinte, a partir do novo governo,

estabelecido em abril de 1964, este, que seria o primeiro PNE do Brasil, deixou de ser seguido e validado. Deste modo, somente depois de amplo exercício de democratização, em 2001, surgiria um novo Plano Nacional de Educação, agora, como política de Estado e não de Governo.

Devido a algumas intercorrências, não houve continuidade na proposição aprovada e ininterrupta de novo PNE, após aquele encerrado em 2010, mas, mesmo assim, em 2014 foi aprovada a atual proposta, para o intervalo 2014 – 2024.

Embora mais adequado à realidade nacional, com significativas alterações estruturais, comparado ao anterior, o presente PNE também carece de ajustes, frente **às próprias mudanças sociais** da nação, mediante novas demandas que surgiram neste tempo de vigência, e de dificuldades para o cumprimento de algumas de suas metas.

Diante disto, entende-se ser de bom alvitre que, para a elaboração do novo PNE, 2024-2034, deve-se partir de um rigoroso conhecimento não só da realidade contemporânea da nação, no âmbito da Educação, mas do conhecimento das possíveis causas que levaram à situação atual. Para tanto, é necessário fazer uma **avaliação diagnóstica** sobre a vivência do atual PNE, mais especificamente no que concerne à observância dada pelos governos dos entes federados às suas 10 diretrizes, bem como a administração dos objetos das respectivas 20 metas.

- *O SUB-EIXO III estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação 2024-2034 e a valorização dos profissionais da Educação. Para tanto, deverá ser feita uma avaliação de sua formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde; estabelecendo-se, em seguida, metas a serem perseguidas e cumpridas dentro do correspondente decênio.*

O tema valorização dos profissionais da Educação, **em particular dos professores**, é reiteradamente apresentado, há décadas, nas diferentes rodas de conversa, nos simpósios e congressos que falam de Educação, além de ser também tema de debate na esfera pública, em nível dos poderes Legislativo e Executivo, dos Municípios à União.

Todavia, **ao se falar em valorização, a questão remuneratória é um dos principais fatores e, deve-se considerar também, os diversos elementos que compõem um conjunto reconhecido como qualidade plena dentro dos padrões estabelecidos.** Certamente, o salário recebido por estes profissionais é um elemento de extrema relevância, em face da realidade social e do modelo de economia existente no país, porém, não é o único fator de valorização. Este conjunto se constitui de diversos outros elementos, **tais como, número de alunos por sala, infraestrutura considerando temas dilemáticos,** tais como segurança e demais condições de trabalho, todos a serem agregados por meio de Políticas Públicas adequadas, que deverão ser propostas e discutidas na CONAE 2022. **Considerando ainda a necessidade de efetivação de planos de carreira atualizados, exequíveis e cumpridos nos termos da lei.**

Nas discussões e reflexões sobre Políticas Públicas, independentemente de sua natureza e do segmento social a ser contemplado, deve existir coerência e **observância** entre os seus objetivos e as reais necessidades, considerando-se, sobretudo, as ramificações de causas e consequências. As Políticas Públicas, de maneira geral, partem do reconhecimento de demandas e devem seguir um ritual rigoroso até sua possível implementação.

Recomenda-se que este **processo** se inicie por uma avaliação diagnóstica das reais necessidades, que geraram as demandas, suas causas, **os anseios da comunidade a ser atendida,** objetivos a serem atingidos, obtenção de recursos de toda espécie, até sua confirmação e implementação. Particularmente, com a Educação não é diferente, sobretudo, por se tratar de um dos temas fulcrais da nação.

Reafirmando-se que Educação não é só Ensino, fica clara a ponderação já feita, de que a valorização dos profissionais ligados a ela não se restringe a um ou dois elementos, mas a um conjunto deles, como formação, **plano de carreira que também contemplem planos de saúde, remuneração, condições de trabalho, auxílio transporte, auxílio alimentação,** dentre outros.

Cuidar proficuamente da formação **inicial e continuada, que sejam inovadoras,** seja do professor, do gestor ou do pessoal administrativo, significará ter profissionais com **conhecimentos específicos** para suprirem com **profissionalidade** todas as necessidades inerentes ao processo educativo sob sua alçada.

Outro ponto é o desenvolvimento de expectativas promissoras a todos os profissionais, que estimulem cada trabalhador, em sua respectiva função, a obter seu melhor rendimento. Para tanto, deve existir um plano de carreira atraente, **discutido com toda classe interessada**, com real possibilidade de progresso contínuo, atrelado a uma remuneração básica também atraente e que avance periodicamente até sua aposentadoria. **Promover e garantir a contratação de profissionais da educação, por meio de concursos públicos que atendam as reais necessidades do campo educacional.**

Todos estes pormenores, porém, terão pouco ou nenhum efeito, se não vierem acompanhados de uma política de cuidados com condições de trabalho, dignas e adequadas a cada função. Condições de trabalho que requerem, de igual modo, cuidados especiais, como ambiente físico de conforto coerente com as atividades desenvolvidas e acompanhamento rotineiro da saúde do trabalhador e de seu relacionamento social com os demais colegas.

Nesse contexto, cada ente federado deverá estabelecer, para os respectivos itens ressaltados, metas exequíveis a serem rigorosamente **seguidas** e cumpridas durante vigência do PNE 2024-2034.

- *O SUB-EIXO IV estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação 2024-2034 e a Inclusão. Neste sub-eixo deverão ser tratados os problemas ligados à Acessibilidade, Direitos Humanos e Ambientais, Justiça Social, Políticas de Cotas, Educação Especial e Diversidade, com vistas à sua real solução.*

A História é **repleta de** em registros de exemplos com diferentes formas de exclusão social, desde as culturas mais antigas até a contemporaneidade. Por isso, este tema não desconhecido e tampouco irrelevante; ao contrário, trata-se de um tema **extremamente** importante e atual, especialmente, no âmbito da Educação.

Durante muito tempo, tentou-se superar a exclusão social por meio de ações que não podem ser consideradas inclusivas, mas, no máximo de integração; e estes conceitos, no contexto educacional, não podem ser confundidos: integrar não é a mesma coisa que incluir. A inclusão social, e particularmente a inclusão escolar e educacional, pode ser precedida da integração, porém, somente a integração social não supre o necessário e desejado.

O profissional encontra barreiras diante da realidade atual das salas de aulas devido a superlotação ao receber esse aluno sem estrutura necessária para auxiliar essa criança para sua inclusão não somente socialização, mas também em formação humana.

A integração de um sujeito num grupo social limita-se a sua participação, sem necessariamente uma interação plena com os demais componentes; por isso, neste sentido, devem ficar claras as condições para se ter realmente sua inclusão. **Diante disso sugerimos a formação específica e valorização dos profissionais da educação para atender este público (crianças com necessidades educacionais especiais).**

Pleitear inclusão pressupõe exclusão, e esta, no que concerne ao ser humano, na sociedade em que está inserido, é abrangente. A exclusão não ocorre apenas em relação a pessoas com deficiência, mas também devido à etnia, ao sexo, à condição econômica, à cultura, às condições de aprendizagem.

O tratamento do tema Inclusão social, e mais especificamente Inclusão Escolar e Educacional, nesta CONAE, não deve limitar-se a um plano de medidas paliativas ou atenuantes, apenas para registrar-se em seus anais que o mesmo foi abordado. Sem desmerecer outros temas, de igual respeito e valor, o tema Inclusão deverá ser encarado como uma das prioridades, mediante um plano de ações que impliquem em resultados de evidente êxito. O plano deve ser precedido de uma avaliação diagnóstica da situação vivenciada pela nação, no âmbito da exclusão em todos os níveis já citados, com a respectiva delimitação de ações exitosas existentes, como também dos registros de ações infrutíferas ou mesmo de negligência. **Mais agilidade no processo de avaliação dos educandos com necessidades educacionais especiais, para tornar mais célere o processo a partir do diagnóstico.**

Apoiado em diagnóstico bem fundamentado, será possível delinear um plano de metas para este tema, com as respectivas especificidades, que envolva medidas emergenciais, para enfrentar o problema em curto prazo, como também políticas que perpetuem a inclusão das pessoas como algo tranquilo e natural, sem a necessidade de se pensar em excepcionalidades nas futuras gerações.

As condições de acessibilidade curricular e de ambientes de escolarização adequados para todos os estudantes, independentemente de serem ou não pessoas **como** deficiência, devem ser vistas com objetivo e não como atos isolados de mitigação emergencial. Os Direitos Humanos e Ambientais são prerrogativas da nação, é uma questão de dignidade, assim como de Justiça Social.



**Implementação de ações afirmativas que atendam as necessidades desses profissionais para trabalhar com temas correlatos aos direitos humanos.**

Para questões específicas de inclusão, como já se mencionou, será necessário um conjunto de ações de **curto, médio e longo prazo**, até que se consiga atingir a plenitude almejada, sem que haja a necessidade de reiteradas medidas emergenciais. Neste caso, deve-se pensar em **Políticas de ações afirmativas, tais como as políticas de cotas, em parceria com demais conselhos, a exemplo de conselhos de promoção da igualdade racial**, para todos os níveis mencionados anteriormente, de acordo com as respectivas características.

Pode-se constatar que, o tema referente a este sub-eixo é de alta complexidade, e de grande relevância no contexto de uma democracia plena. Sem uma consistente política de inclusão social, a nação carecerá continuamente de medidas emergenciais e os excluídos estarão sempre à margem da sociedade, com a necessidade contínua de reivindicação de direitos. Na história da sociedade brasileira, a ausência de uma política pública nacional que atenda as demandas sociais dos excluídos é causa evidentes e sistemáticas propostas de medidas emergenciais, que pelo seu caráter transitório, não contribuem de forma efetiva para a erradicação da exclusão social.

Solicita-se, portanto, que o novo PNE, 2024-2034 contenha metas claras para o desenvolvimento de Políticas Públicas eficazes, que objetivem a superação de qualquer tipo de exclusão.

- *O SUB-EIXO V estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação 2024-2034 e a Equidade. Neste sub-eixo, deverá ser tratada a democratização do acesso, permanência, aprendizagem, e gestão do fluxo escolar.*

A equidade é tema que gera boas discussões e debates, devido a diferentes conceitos legados por sucessivas gerações e culturas que, não raras vezes, tem seu conceito restrito ao significado de igualdade.

De fato, grosso modo, Equidade tem sua origem no vocábulo latino *aequus*, de mesmo modo que a palavra Igualdade, que pode ser traduzido para o Português, simplesmente, por *igual*. Entretanto, sob a visão epistemológica, Equidade é mais que um simples vocábulo, de significado restrito. Trata-se de um conceito muito rico, carregado de princípios e valores pautados numa cultura.



O conceito de Equidade traz consigo ênfases ligadas à justiça social; dignidade da pessoa humana; mesmos direitos, com imparcialidade; direito da liberdade de pensamento e de expressão; respeito aos valores éticos e morais no âmbito da sociedade, dentre outros. Em sua *Retórica*, Aristóteles (Séc. IV a. C) diz que a Equidade é “uma forma de justiça que vai além da escrita” e que, embora possa se parecer com a Igualdade, é mais íntima ao conceito de virtude da justiça. Ele pondera que, neste caso, diferentemente da semelhança aparente entre Equidade e Igualdade, “Equidade e Justiça não parecem ser absolutamente idênticas, mas também não são especificamente diferentes”. Nesse contexto, acrescenta ainda que “praticar a justiça é fazer o bem”.

Como se vê, o tema é debatido há muito tempo e seu próprio conceito evoluiu, chegando aos dias atuais de forma ainda mais rica, podendo ser sucintamente associado à plena democracia.

O Brasil, como nação independente, nasceu há dois séculos. No ano desta próxima CONAE (2022) celebra-se o segundo centenário de sua independência política, relativa a Portugal. Todavia, embora soberana, durante este tempo, perante as demais nações, sua democracia é ainda muito jovem e carente de muitos ajustes.

Particularmente, em termos de Educação, a nação não pode aceitar com resignação a quantidade de analfabetos ainda existentes no País; a falta de políticas públicas efetivas que objetivem o acesso à escola e à cultura, sem restrições; a inoperância diante de uma estrutura escolar heterogênea, que gera grandes diferenças entre as pessoas dos vários níveis sociais, mesmo quando se consegue sua permanência; a falta de condições especiais para aprendizagem, que atendam as diversidades, ou de uma consistente gestão do fluxo escolar. **Atualmente temos um agravante devido a contextos adversos, a exemplo da pandemia causada pela COVID-19, que afetou consideravelmente o campo educacional.**

Neste sentido, a elaboração do PNE 2024-2034 deverá propor estratégias de superação das desigualdades existentes no sistema educacional brasileiro e estabelecer metas exequíveis, para que, dentro de seu período de vigência, seja atingida a Equidade em seu conceito mais amplo, com uma efetiva democratização do acesso e permanência

na escola, com ensino e aprendizagem de qualidade, mediante uma efetiva gestão positiva do fluxo escolar.

- *O SUB-EIXO VI estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação 2024-2034 e a Qualidade. Para tanto, a proposta é avaliar as políticas educacionais, sua regulação e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC.*

O Artigo 206 da Constituição Federal fala acerca dos princípios basilares da ministração do Ensino, no contexto da Educação Nacional. Especificamente, no inciso VII deste artigo, consta a “garantia de padrão de qualidade”. Portanto, o tema deste sub-eixo não é conjectural, mas uma prerrogativa constitucional da nação que precisa ser assegurado.

Neste sentido, a CONAE – 2022 deverá tratar deste tema, muito além de uma mera abordagem ou figura de retórica, pautada em jargões populares reiterados e divulgados pelas diversas formas de comunicação, como “queremos ensino e educação de qualidade”.

Para se estabelecer qualidade a qualquer produto, seja ele de natureza concreta, como um objeto artesanal ou industrializado, ou de natureza abstrata, no âmbito das ações sociais, mediante o desenvolvimento e implementação de Políticas Públicas, particularmente as que dizem respeito à Educação, deve existir, antes de tudo, um padrão. Sem o estabelecimento de um padrão, pautado em princípios e valores culturais, norteado pelas necessidades e objetivos, não se atinge a almejada qualidade.

Durante as atividades a serem desenvolvidas na CONAE – 2022, em diversos momentos, serão apresentadas avaliações diagnósticas referentes a temas específicos, com o objetivo de se conhecer rigorosamente a respectiva situação ligada ao tema em discussão. Com relação à qualidade da Educação a ser buscada, de acordo com as metas que figurarão no PNE 2024-2034, não deverá ser diferente. O tema deste sub-eixo deverá ser tratado a partir de uma prévia Avaliação Diagnóstica da Estrutura e das Políticas Educacionais existentes em todos os níveis de governo dos entes federados,

para que se conheça a realidade atual da qualidade de Ensino e da Educação nos Municípios, Estados e Distrito Federal.

De posse destes resultados, será possível traçar o padrão desejado, em nível nacional, para o decênio referente ao período de vigência do PNE 2024-2034, acrescido de perspectivas futuras.

A qualidade da Educação perpassa por temas diferentes, a serem discutidos em vários momentos abordando os demais eixos e sub-eixos propostos para a conferência. Este fato reforçará a interdisciplinaridade da conferência, pois o trabalho a ser desenvolvido, especificamente, requer um estudo profundo acerca da regulação destas políticas educacionais, que contêm, por exemplo, itens ligados à localização e estrutura física dos espaços para as práticas do ensino; aos recursos humanos, em nível administrativo e de docência; às condições de trabalho, incluindo as questões da saúde e salarial dos profissionais envolvidos, e de atendimento dos alunos e respectivas famílias; aos recursos materiais e tecnológicos necessários a serem disponibilizados, dentre outros.

Nesta oportunidade, em face à sua significativa importância, será indispensável a avaliação da atual Base Nacional Comum Curricular, para todas as etapas da Educação Básica, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Esta ação é considerada indispensável devido à rápida **mudança na** sociedade, no que diz respeito às suas necessidades, e de discussões e contestações feitas aos moldes em que foi construída e seus respectivos pormenores. Também neste caso, será importante uma avaliação em nível de cada ente federado, tendo em vista a natureza do documento.

Deste modo, deve-se pensar num conjunto de metas que conciliem várias demandas a serem atendidas, com respectiva regulação, por Políticas Públicas abrangentes, em consonância com a legislação vigente e a BNCC.

- *O SUB-EIXO VII estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação e a gestão democrática da escola pública. Como destaque, deverá ser tratada a participação popular e seu controle social.*

A História da Educação Brasileira, em seu contexto mais amplo, contém registros de passagens importantes, que ajudaram na formação da identidade nacional, incluindo o modelo de ensino praticado e o próprio modelo de escola existente hoje no país.

Na Constituição Federal de 1988, seu Artigo 205 diz que a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família, duas instituições consolidadas e componentes do modelo social nacional, reconhecidamente cúmplices na formação de cada brasileiro, com vistas ao exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, segundo o Artigo 8<sup>o</sup> da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996), cabe à União, Estados, Distrito Federal e Municípios a organização, em regime de colaboração, dos respectivos sistemas de ensino.

Considerando o Ensino como parte essencial da Educação, o mesmo deverá ser ministrado com base em princípios estabelecidos no Artigo 206 da Constituição Federal, dentre os quais os constantes nos incisos III – “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”; IV – “gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais” e VI – “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Deste modo, fica evidente que a Escola Pública é uma instituição específica a ser oferecida pelo Estado, gratuitamente, mediante uma gestão popular e democrática, observadas as determinações da legislação vigente.

A CONAE 2022 terá em sua pauta, na linha do Eixo 1, a discussão sobre a gestão democrática da escola pública e, como destaque, deverá ser tratada a participação popular e seu controle social.

A relevância deste tema específico do presente sub-eixo é notória, tendo em vista a necessidade de rigoroso controle da gestão dos recursos em todos os aspectos e níveis

de governo. Por isso, o tema deve ser amplamente discutido no âmbito de todos os entes federados, com avaliação prévia da situação atual, por meio de informações obtidas em seus respectivos órgãos de gestão, sobretudo os que dizem respeito, direta ou indiretamente, à Educação.

A importância do controle da gestão nos remete a necessidade do fortalecimento dos órgãos de controle social, a saber, os conselhos de escola, os conselhos municipais de educação, os conselhos de alimentação escolar bem como os conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Tal fortalecimento passa, necessariamente, por legislação específica que promova a ação de tais órgãos, a partir de uma independência política - na questão da eleição de seus membros - e financeira - desde uma previsão orçamentária vinculada à prática do controle social. Como exemplo, vale citar a Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o novo FUNDEB.

Mediante tais informações, deverá ser produzido um plano consonante com as demais metas estabelecidas, a partir do estudo e das decisões referentes a outros temas discutidos na conferência, que compartilham objetivos inerentes à gestão da escola pública.

A Democracia é uma prerrogativa da Nação Brasileira, estabelecida em sua Constituição, por isso, a causa pública deverá ser defendida por meio de políticas, de Estado ou de Governo, que sejam discutidas e implementadas com a participação popular.

Existem diversos mecanismos legais que são utilizados, regularmente, para a participação popular na gestão de diferentes atividades fim, de natureza pública, em nível de governos municipais, distrital, estaduais e federal. Tais mecanismos deverão ser utilizados, de acordo com as necessidades no âmbito do Ensino e da Educação, tanto com relação à especificidade da Escola, quanto de Fóruns de debates e órgãos gestores,

a exemplo dos Fóruns e das Secretarias de Educação, relativas a cada um dos entes federados citados, incluindo a União.

Caberá, portanto, aos responsáveis por este sub-eixo estabelecer metas concernentes ao tema proposto, dentro do escopo maior da CONAE 2022, expresso em seu tema central: “INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira”.

- *O SUB-EIXO VIII estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação e os limites e necessidades impostos por crises que impactem a escola. Particularmente, a discussão poderá iniciar pela especificidade da Educação em tempos de pandemia, porém, deverá ser abrangente, em termos de crises em geral.*

Ao avaliar e analisar os movimentos sociais ocorridos ao longo da história, diversos registros mostram que muitos destes movimentos decorrem de crises de várias origens e natureza. Na Sociologia, uma crise é explicada como uma reação turbulenta da sociedade, seja em nível local, seja regional ou mesmo mundial, advinda de causas políticas, antecedidas de problemas econômicos, conflitos bélicos, epidemias ou pandemias, dentre outros.

Uma nação democrática, devidamente aparelhada em termos de instituições políticas sólidas, respaldada por uma legislação clara e devidamente respeitada, não está imune a crises ou efeitos de crises, mas, certamente estará em condições de enfrentá-las, de modo que seus efeitos não sejam catastróficos, a ponto de comprometer as gerações futuras.

O Brasil, mesmo depois da independência de Portugal, vivenciou várias crises com origens distintas e peculiares, mas, no geral, sempre de natureza política. Estas crises, por sua vez, acabaram impactando a sociedade como um todo, porém, duas áreas que sempre sofreram os maiores danos foram a Saúde e a Educação.

Citam-se, por exemplo, os efeitos da crise ocorrida depois da Primeira Grande Guerra, no final da segunda década do Século XX; seguida pela crise da “Gripe



Espanhola”; e, poucos anos depois, a do *crash* de 1929. Estas crises, ocorridas na primeira metade do Século XX, atingiram fortemente a nação brasileira e deixaram legados prejudiciais ao seu desenvolvimento, que comprometeram muito a sociedade em geral, sobretudo a Educação. Lembra-se de que, somente depois da Segunda Grande Guerra, no ano de 1946, o país teria uma Constituição com razoável nível de democracia, mesmo assim, incompleta; e que somente em 1961 a nação teria sua primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a 4024/1961.

As crises que assolaram o Brasil, via de regra, quase sempre tiveram efeitos extremamente danosos, devido à fragilidade de suas Políticas Públicas, que não apresentavam recursos preventivos para enfrentar eventuais intempéries, fossem elas de natureza especificamente econômica, em face de crises externas, em nível mundial, ou mesmo no tocante à Saúde, como epidemias ou pandemias.

Verificando-se a legislação existente atualmente no país, mesmo com os avanços alcançados após a democratização, a partir de 1985, e mais especificamente com a Constituição de 1988, não existem mecanismos de prevenção contra possíveis efeitos de crises inesperadas. Ao ser surpreendida por uma crise, de qualquer natureza, a nação - e, especialmente, sua Educação -, sempre esteve vulnerável.

Nesse contexto, a CONAE 2022 deverá avaliar também estas peculiaridades históricas, com respeito à Educação, e estabelecer metas para a implementação e execução de Políticas Públicas que promovam a criação de mecanismos a serem utilizados sempre que necessário, para o enfrentamento de crises de qualquer natureza.

A pandemia da Covid-19, que assolou o país a partir do início de 2020, deixou marcas de difícil reparação, sobretudo na Educação, que acabaram por despertar em vários segmentos da sociedade ideias para a criação de recursos preventivos, com o objetivo de não se repetir no futuro efeitos danosos, como os verificados nesse período.

O tema específico deste sub-eixo refere-se, genericamente, a necessidades impostas por crises de qualquer natureza, que impactem a escola, mas, deverá partir das



experiências colhidas com a crise da pandemia da Covid-19, apresentando inclusive metas específicas para a superação das perdas auferidas durante sua ocorrência. [Ofertando o atendimento psicológico dentro do estabelecimento de ensino, efetivando a Rede de Proteção, a partir de 2022.](#)

Será de grande importância a participação dos Fóruns Municipais e Estaduais de Educação, nesta avaliação, para se ter não só um retrato da situação nacional, como também o conhecimento de propostas para esta superação.

- *O SUB-EIXO IX estabelece como tema específico o Plano Nacional de Educação e o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.*

Uma nação desenvolvida pressupõe um Sistema Educacional robusto e abrangente, supridor das demandas da nação, no tocante ao desenvolvimento de seus integrantes, desde a mais tenra idade até sua formação como cidadão pleno. Além disto, este sistema educacional deve ser pautado por uma legislação adequada à identidade nacional, acompanhada de planos de metas periódicos, exequíveis, a serem rigorosamente cumpridos dentro de seu período de vigência.

Neste sentido, a partir de sua democratização, com a promulgação da atual Constituição, em 05 de outubro de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a 9394, promulgada em 20 de dezembro de 1996, a nação Brasileira igualou-se às nações mais avançadas do mundo, por possuir instrumentos legais de mesmo teor. Entretanto, referindo-se às suas Políticas Públicas, ainda há muito a conquistar.

A partir de 2001, passou a existir um Plano Nacional de Educação – PNE, como política de Estado, vigente até 2010, seguindo-se do atual, com vigência de 2014 a 2024. Não obstante as dificuldades enfrentadas para sua elaboração, bem como o não atingimento de boa parte de suas metas, tais planos servem de referência para atender aos anseios da nação, mesmo quando não forem completamente exitosos.

Com a criação do Fórum Nacional de Educação, assessorado pelos Fóruns Municipais, Estaduais e Distrital, passou-se a ter um órgão considerado guardião deste PNE, além da realização quadrienal das Conferências Nacionais de Educação – CONAE,

nas quais são discutidos os diversos temas inerentes à Educação, como o caso particular destacado no presente sub-eixo, a “Educação Profissional e Tecnológica”.

Esta linha específica da Educação reveste-se de grande importância para a soberania da nação, uma vez que sua cidadania, como já se mencionou, deve ser plena. Fato que ocorre somente quando existe um Plano Nacional de Educação que contemple todas as áreas do conhecimento, dos saberes, incluindo as diferentes tecnologias.

A exemplo dos outros campos da Educação, para a Educação Profissional e Tecnológica, espera-se um conjunto de Políticas Públicas adequadas às suas demandas, para que se logre o êxito desejado quanto à formação de profissionais que satisfaçam as necessidades do país. As profissões, de maneira geral, e as tecnologias evoluem continuamente, de acordo com a evolução da própria sociedade, por isso, as políticas educacionais não podem prescindir a perseguição de metas estabelecidas para a formação da geração contemporânea e das futuras.

Na CONAE – 2022 deverá haver uma grande discussão acerca deste tema, a partir da colaboração dos Fóruns Municipais, Estaduais e Distrital de Educação, com o envio dos resultados obtidos em suas reuniões, acerca do tema do presente sub-eixo.

Espera-se, portanto, que o PNE 2024-2034 traga metas específicas, que visem ~~a~~ o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no país, para toda a nação. Bem como a valorização dos profissionais que atuam nessa área. E a oferta de educação técnica e tecnológica por meio de educação em nível médio de modo integrado.

## **EIXO 2. Uma escola para o futuro: tecnologia e conectividade a serviço da educação**

### **I.O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro que assegure o acesso a inovação, tecnologias e oferta de educação aberta e a distância**

#### *Um futuro construído hoje*

O Brasil é um País do futuro. Este é o nome de um livro do poeta judeu austríaco Stefan Zweig (1881-1942), escrito quando o autor encontrou refúgio nas terras brasileiras, ao conseguir escapar do nazifascismo. É possível arriscar uma reflexão a partir do título dessa importante obra e extrapolar sua intenção original para alertar sobre os riscos que há em posicionar um objetivo no futuro, pois a situação imaginada parece nunca se cumprir, por estar sempre em fuga do presente, tornando inalcançável a sua realização.

Portanto, a proposta a ser discutida é *reimaginar* a escola<sup>1</sup> hoje e estabelecer imediatamente os caminhos de sua mudança, para construir um futuro também específico e coletivamente elaborado, que tenha como fundamentos a justiça social<sup>2</sup> e o bem comum<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Escola é a designação aqui adotada para todas as instituições públicas e privadas de ensino, de todos os níveis e todas modalidades, o que abrange a Educação Básica e o Ensino Superior, inclusive a pós-graduação. Entende-se a educação escolar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. Entende-se também que a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

<sup>2</sup> OIT. **Declaração da OIT sobre a Justiça Social para uma globalização equitativa**. Genebra: OIT, 2008.

<sup>3</sup> O Bem Comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua sociedade.

### *O paradigma da aprendizagem*

A escola concebida no Século XVIII é definida no tempo, no espaço e na sua forma de organização. Nela, os estudantes são agrupados por idade e em diferentes níveis para serem instruídos por adultos. Os professores, ao contrário dos profissionais, em muitas ocupações que privilegiam o intelecto, não estão no comando e têm pouca autonomia. A escolaridade e o processo de aprendizagem são concebidos como instrução. O paradigma<sup>4</sup> subjacente é o do ensino e não o da aprendizagem.

Uma das concepções, ainda hoje, predominantemente, praticada é a de que todos os estudantes devem aprender os mesmos conteúdos, ao mesmo tempo, do mesmo jeito e da forma mais passiva e disciplinada possível. Alunos estudam temas e disciplinas, muitas vezes, desconectados de suas vidas, o que não privilegia a capacidade de analisar e de resolver problemas, de compreender situações complexas, pensar criticamente, ser criativo, ser adaptável, trabalhar com outras pessoas, nem promover as estratégias do aprender a aprender por toda a vida – o que implica desenvolver a metacognição.

Os modelos educacionais tradicionais refletem a sociedade, o mundo do trabalho e a tecnologia existente em determinado tempo – papel, livros, lápis, carteiras e quadros-negros. Não era economicamente viável ter um professor para cada estudante, disponibilizar uma biblioteca em cada casa ou um material didático exclusivo para cada aluno.

Vive-se, hoje, na *Sociedade da Informação*, conceito que ressalta um novo paradigma técnico-econômico que tem como base não mais a transformação

---

<sup>4</sup> A mudança do *paradigma do ensino* rumo ao *paradigma da aprendizagem* pede a reformulação dos problemas e soluções modelares relacionados à ação da escola, para que as realizações científicas reconhecidas estejam alinhadas às demandas da *Sociedade da Informação*. Incluem-se nessa revolução científica os professores, gestores, equipes técnico-administrativas, políticos e tecnocratas formuladores de políticas públicas, pesquisadores, formadores de docentes, estudantes e demais comunidades comprometidas com o *locus* educacional. Ver: KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

proporcionada pela disseminação do acesso à energia elétrica ou da máquina a vapor, que marcaram a *Sociedade Industrial*, mas a centralidade da informação, cujo volume de produção, armazenamento, velocidade de disseminação e impactos na automação de processos produtivos propiciados pelos avanços tecnológicos afetam, inclusive, a forma como as pessoas aprendem.

Em tempos de convergência digital, as pessoas aprendem, de formas diferentes, a onipresença das telas no cotidiano; e a atenção crescente dada aos conteúdos e interações, que as mesmas proporcionam, mudam a maneira como o cérebro percebe e processa a informação.

Nesse contexto, é plausível imaginar que o advento da internet, das redes sociais, dos *games* e as mudanças na indústria do entretenimento, geradas pela convergência digital, impactem o aprender, tanto com efeitos positivos quanto negativos.

### *Os desafios das mudanças demográficas*

Há alguns fenômenos que já nos permitem vislumbrar desafios presentes que tendem a se acentuar num futuro próximo. As mudanças na pirâmide etária brasileira apontam maior envelhecimento da população brasileira, o que pode ser observado pela menor porcentagem encontrada nos grupos etários mais jovens. Um dos impactos está na paulatina redução do número total de matrículas na Educação Básica brasileira, verificada nos últimos anos, em parte causada pela queda da taxa de natalidade no país.

Por outro lado, em 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos para cima foi estimada em 6,6%, o que significa 11 milhões de pessoas analfabetas. A proporção de pessoas de 25 anos ou mais que finalizaram a Educação Básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o Ensino Médio, chegou a 48,8%, sendo que apenas 27,4% tinham o Ensino Médio completo ou equivalente; e 17,4%, o superior completo<sup>5</sup>.

---

5 Dados disponíveis em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 8 jun. 2021.

Infelizmente, escolarização nem sempre é sinônimo de aprendizagem. Em função das fragilidades da Educação Básica, o analfabetismo funcional alcança 29% da população<sup>6</sup>. Isso significa que cerca de um terço da população leva, para a vida adulta, dificuldades para interpretar e aplicar textos e realizar operações matemáticas simples no cotidiano.

Alguns dos efeitos deletérios que a falta de formação adequada, a ineficácia do ensino e o desalinhamento da escola às demandas da *Sociedade de Informação* colaboram para agravar são a subocupação, o desemprego estrutural, a precarização das relações empregatícias e o trabalho de plataforma – aquele mediado, organizado e governado por meio de plataformas digitais.

Para encarar o desafio da formação continuada e por toda a vida de largas parcelas da população adulta, faz-se urgente *abrir os portões e derrubar os muros* da escola. A adesão ao movimento emergente de Educação Aberta permitirá mudar a forma como os educadores usam, compartilham e melhoram o conhecimento e os recursos educacionais, tornando-os abertos e livremente disponíveis<sup>7</sup>.

### *A Educação Aberta e os Recursos Educacionais Abertos*

A educação aberta<sup>8</sup> é definida como o conjunto das práticas que empregam uma estrutura de compartilhamento aberto para melhorar o acesso e a eficácia educacional em todo o mundo.

O qualificador "aberto" é usado de várias maneiras para descrever os recursos - os materiais didáticos e os meios de uso dos mesmos **e assessoria de um profissional da área** -, a aprendizagem autônoma, as políticas institucionais e o uso de tecnologias educacionais não-proprietárias.

<sup>6</sup> IBOPE. **Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) 2018**. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro; ONG Ação Educativa; IBOPE Inteligência, 2018.

<sup>7</sup> IYOSHI, T.; KUMAR, M.S. V. (Org.). **Educação Aberta**: o avanço coletivo de educação pela tecnologia, conteúdo conhecimento abertos. São Paulo: ABED, 2014. Disponível em: [http://www.abed.org.br/arquivos/Livro\\_Educacao\\_Aberta\\_ABED\\_Positivo\\_Vijay.pdf](http://www.abed.org.br/arquivos/Livro_Educacao_Aberta_ABED_Positivo_Vijay.pdf). Acesso em: 5 jun. 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.oeconsortium.org/>. Acesso em: 5 jun. 2021.

A primeira interpretação da abertura na Educação é a admissão do estudante a qualquer tempo do curso, em que o qualificador "aberto" se refere a políticas acadêmicas que não exigem processos seletivos prévios, onde os currículos são organizados sem pré-requisitos, são permitidos ritmos flexíveis de estudos e são praticadas avaliações de aprendizagem nos momentos em que o discente se sente apto. É o caso da *The Open University*<sup>9</sup>, no Reino Unido, e dezenas de universidades abertas em todo o mundo.

Uma segunda interpretação é aberta como gratuita. A Portaria MEC nº 451, de 16 de maio de 2018, por exemplo, define como *Recursos Educacionais Abertos* (REA) aqueles que se situem no domínio público ou tenham sido registrados sob licença aberta que permita acesso, uso, adaptação e distribuição gratuitos por terceiros, destacando que, sempre que tecnicamente viável, os REA deverão ser desenvolvidos e disponibilizados em formatos baseados em padrões abertos pelas instituições públicas de ensino.

Os Recursos Educacionais Abertos (REA) são componentes fundamentais para a democratização do acesso à Educação de qualidade, a beneficiar especialmente as populações mais empobrecidas.

Os REA podem trazer benefícios para a aprendizagem com maior autonomia, tanto na educação presencial quanto a distância, por meio de materiais que podem ser adaptados a necessidades locais específicas. A combinação de conectividade em expansão e a crescente produção de REA são potencialmente revolucionárias, até porque pode permitir que as instituições alcancem menores custos por aluno, com maior ou menor escala de beneficiados, ao mesmo tempo em que amplia a qualidade pela interação entre diferentes agentes.

---

<sup>9</sup>Disponível em: <http://www.open.ac.uk/>. Acesso em: 5 jun. 2021.



A Educação Aberta pressupõe também a adoção de tecnologias educacionais abertas, que incluem aplicativos de código aberto, para interoperabilidade com conexões tais como divulgados pela biblioteca digital da “Iniciativa Conhecimento Aberto” (*Open Knowledge Initiative - OKI*)<sup>10</sup> que permitam flexibilidade na forma como as categorias são acrescentadas e para customização do desenho de interface.

A *OKI* desenvolve especificações que descrevem como os componentes de um ambiente de software educacional se comunicam entre si e com outros sistemas empresariais. As especificações da *OKI* tratam de amplos acordos de interoperabilidade que permitem a adaptação e outras especificações pelas comunidades de prática.

Ao privilegiar o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias educacionais abertas, no contexto educacional, busca-se evitar ou reduzir os riscos inerentes ao chamado “*colonialismo digital*”<sup>11</sup> ou “*colonialismo de dados*”<sup>12</sup>.

Hoje, algumas multinacionais, especialmente dos EUA e da China, exercem controle, praticamente irrestrito, no nível da arquitetura do ecossistema digital: software, hardware, conectividade de rede e as experiências mediadas por computador. Isso dá origem a novas formas relacionadas de dominação, com o poder de monopólio para extração de recursos por meio de aluguel e vigilância, constituindo novas formas de dominação econômica, política e cultural da vida - neocolonialismos.

O que gera o chamado “capitalismo de vigilância”, termo utilizado para designar modelos de negócios baseados na ampla extração de dados pessoais, via inteligência artificial, para obter previsões sobre o comportamento dos usuários e, com isso, ofertar

---

<sup>10</sup> Veja mais em:  
<http://www.mit.edu/afs.new/athena/project/okidev/okiproject/apps/okichange/web/index.html>. Acesso em:  
2 jun. 2021.

<sup>11</sup> KWET, Michael. *Digital colonialism: US empire and the new imperialism in the global South. Race & Class*, V. 60, Nº. 4, abril 2019. Disponível em:  
[https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3232297](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3232297). Acesso em: 22 jun. 2021.

<sup>12</sup> COULDRY, Nick; MEJIA, Ulises A. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford, USA: Stanford University Press, 2019.

produtos e serviços<sup>13</sup>. O que reforça concepções de classe dominante do mundo digital e estabelece as bases para a hegemonia da tecnologia.

### *A Educação a Distância*

A presença das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em todos os tipos de organizações e empreendimentos, tanto na área de serviços quanto nas indústrias, pede uma ênfase no desenvolvimento das chamadas competências para a economia digital.

Nesse sentido, o Novo Ensino Médio<sup>14</sup> traz novas possibilidades muito promissoras para a Educação brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio preveem que até 20% da carga horária do Ensino Médio diurno possa ser oferecida na modalidade à distância (EAD), chegando a 30% no período noturno. Para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o texto permite até 80% (oitenta por cento) em EAD.

É possível aproveitar as possibilidades que a EAD traz, de flexibilidade de tempo, de espaço e de ritmo nos estudos, para permitir a definição de trilhas personalizadas de aprendizagem. Isso tem impactos na estrutura organizacional da escola e no modelo de atuação.

O Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, define a Educação à Distância como a modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de

---

13 A pesquisa “**Capitalismo de Vigilância e a Educação Pública do Brasil**” mostrou que mais de 65% das instituições públicas de educação no Brasil — universidades, institutos federais, secretarias estaduais de educação e secretarias municipais de educação de cidades com mais de 500 mil habitantes — estão expostas ao chamado “capitalismo de vigilância”, ao adotarem recursos oferecidos pelas empresas intituladas pelo acrônimo GAFAM - Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft, que mantém uma lógica de monetização a partir da manipulação dos dados de seus usuários, o que envolve amplos dilemas éticos. Disponível em: <https://educacaovigiada.org.br/>. Acesso em: 22 Jun. 2021.

14 Merece especial atenção as possibilidades de inovação abertas na implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída pela Resolução CNE/CP n<sup>o</sup> 2, de 22 de dezembro de 2017; do Novo Ensino Médio – Resolução CNE/CEP n<sup>o</sup> 3, de 21 de novembro de 2018, e das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, conforme a Resolução CNE/CP n<sup>o</sup> 1, de 5 de janeiro de 2021.

ensino e aprendizagem, ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020, define atividades pedagógicas não presenciais, na Educação Básica, como o conjunto de atividades realizadas com mediação tecnológica ou por outros meios, a fim de garantir atendimento escolar essencial, durante o período de restrições de presença física de estudantes na unidade educacional.

Essa possibilidade de ter parte da carga horária de cursos presenciais, realizados a distância, é popularmente conhecida como *ensino híbrido*, definido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) como um programa formal de ensino em que o estudante tem parte da aprendizagem elaborada a partir de conteúdo, interações e mediações on-line. O aluno tem alguma flexibilidade quanto ao tempo, ao local, ao ritmo de estudos e à definição das trilhas de aprendizagem a serem cursadas. Parte das atividades é realizada sincronamente na escola ou em outro espaço, sob a supervisão de um professor.

A adoção de metodologias ativas de ensino é precípua ao *ensino híbrido*, para evitar o risco de a inserção da tecnologia agravar práticas já comprovadamente ineficazes, baseadas em modelos não dialógicos, conteudistas e que induzem a passividade do estudante.

### *O uso intensivo de tecnologia com intencionalidade pedagógica*

As TDIC representam, hoje, grosso modo, o que o quadro negro e o giz significaram enquanto inovações aplicadas na Educação do Século XIX, ao permitirem então a exposição contínua de conteúdo a grupos maiores de estudantes e com custos menores do que os modelos anteriores, ainda artesanais.

São questões estratégicas prover conectividade a todas as escolas brasileiras e garantir uma boa formação para sua adoção aos professores, às equipes técnico-administrativas, aos gestores, aos estudantes e seus familiares. Trata-se não só de possibilitar a inserção criativa e crítica das TDIC, para enriquecer as práticas didático-pedagógicas, mas empoderar essas pessoas para que se tornem também produtoras de tecnologias e não apenas usuárias. Isso implica estabelecer políticas públicas e garantir ampla formação nas questões relacionadas à cultura digital, inclusive privacidade, segurança cibernética e pensamento computacional.

Há promessas e ameaças trazidas pela automação de parte das relações de ensino-aprendizagem, com utilização de abordagens como aprendizagem da máquina (*machine learning*) e aprendizado profundo (*deep learning*). É preciso alinhar as possibilidades dessas tecnologias facilitadoras com a realidade das escolas, preferencialmente por iniciativas de inovação aberta que incluam e fortaleçam as *edtechs*, *startups*, voltadas a encontrar soluções para a Educação.

O necessário equilíbrio entre os conhecimentos científicos e os saberes, relacionados ao agir e interagir de forma ética com outras pessoas, é o ponto fulcral a ser perseguido na Educação escolar e universitária. É preciso retomar o que a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) preconizou como os quatro pilares da Educação para recriar as práticas pedagógicas e a gestão da escola: *aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser*.

Trata-se de um processo de construção coletiva, em que o medo de cometer erros não pode impedir que possamos atribuir a devida importância à percepção do que é novo e diferente, pois, todo aprendizado envolve testar algo e ver o que acontece.

Portanto, cada ente federado precisa entender sua posição nesse quadro de mudança de época, das suas atuais bases socioeconômicas e na relação com o meio ambiente, assim como elaborar caminhos para que possa exercer um protagonismo local, regional ou mesmo nacional, em articulação com os imperativos da *Sociedade da Informação*. A Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2022 contará com as

múltiplas colaborações que ajudem a reformular a escola nesse alinhamento crítico e criativo, que saia do modelo massivo-passivo, criado para atender às demandas da *Sociedade Industrial*.

**II.O PNE 2024 – 2034 na organização e construção de uma escola para o futuro: garantia de referenciais curriculares, práticas pedagógicas, formação de professores e infraestrutura física e tecnológica que permita a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a dispositivos computacionais.**

*Políticas públicas em prol da integração da tecnologia e da conectividade à Educação*

Em um mundo cada vez mais impactado pelo avanço tecnológico, construir uma escola para futuros possíveis, alinhada às novas demandas sociais, passa necessariamente pela integração do processo educativo à tecnologia e à conectividade. O compromisso primeiro da Educação é promover a inclusão social por meio da oferta dos instrumentos necessários ao desenvolvimento pessoal, à inserção exitosa no mercado de trabalho e ao pleno exercício da cidadania, direitos sociais previstos constitucionalmente<sup>15</sup>. Nessa perspectiva, a garantia de uma Educação pautada na tecnologia e na conectividade constitui-se como direito básico de todos os estudantes.

Organismos internacionais têm, continuamente, alertado que o acesso digital é uma linha divisória por estimular a inclusão social e a produtividade. A pandemia da COVID-19 fortaleceu esse argumento, ao revelar a importância do acesso digital para garantir o ensino híbrido e a distância, possibilitar o trabalho remoto e também viabilizar o comércio eletrônico e a oferta de serviços para atender a uma série de novas demandas.

---

<sup>15</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

Nesse novo cenário, o Brasil teve que enfrentar problemas relacionados à conectividade e à disponibilidade de recursos tecnológicos para acesso à comunicação e informação, para estudo, trabalho ou lazer. É fundamental mudar essa realidade. Em especial, para crianças e jovens marginalizados, as tecnologias digitais podem se transformar em importante ferramenta para favorecer oportunidades de aprendizagem, contribuindo para a quebra de ciclos intergeracionais de pobreza<sup>16</sup>. O fato é que milhões de crianças que poderiam se beneficiar da tecnologia, para aprender, estão excluídas dessa realidade. Repensar o propósito da Educação e a organização da aprendizagem nunca foi tão urgente. Diante desse desafio, o Brasil precisa definir uma agenda nacional que desenvolva políticas públicas em prol da garantia da oferta de Educação, articulada à tecnologia para todos os estudantes.

Uma agenda nacional, dessa natureza, requer a definição de aspectos que indiquem como a tecnologia deve ser incorporada aos Currículos, às práticas pedagógicas, à formação de professores, à gestão escolar e, também, aos espaços físicos e virtuais. Esses aspectos dizem respeito à garantia de condições que viabilizem a organização do trabalho pedagógico, voltado para formação sólida do indivíduo, preparando-o para futuros incertos e diversos.

### *Integração da tecnologia ao currículo*

Essa concepção de escola, que incorpora as novas tecnologias, está alinhada à perspectiva pedagógica trazida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)<sup>17</sup>, que preconiza o uso crítico e responsável das tecnologias, tanto de maneira transversal quanto em uma área específica de conhecimento. No documento, três das dez competências gerais da BNCC explicitam o uso da tecnologia e de recursos digitais; e as outras sete sugerem a possibilidade de integração de tecnologias existentes aos

<sup>16</sup> WORLD BANK. **Acting now to protect the human capital of our children**. Washington DC: World Bank, 2021.

<sup>17</sup> BRASIL Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: MEC, 2018.



processos educativos. Nessa direção, os processos de aprendizagem poderão aproximar os estudantes e despertar maior motivação e engajamento em todas as etapas da Educação Básica.

Vale destacar que, de acordo com a BNCC, os estudantes devem ser estimulados a exercer seu protagonismo e sua autoria na articulação das tecnologias, no seu processo de aprendizagem, promovendo uma mudança educacional sistêmica que impacta todas as instâncias do processo educativo. Isso implica mudança de paradigma e exige inovação. No entanto, para que a inserção das novas tecnologias se traduza em inovação educacional, será preciso **otimizar o uso concomitante de cadernos e lousas, assim como os dispositivos digitais, de maneira inteligente e preocupada com o processo de ensino-aprendizagem**. É preciso usar as tecnologias para romper com o ensino enciclopédico, passivo e despersonalizado, **proporcionando ainda a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**.

Para cumprir esse papel, são necessários referenciais curriculares estruturados em eixos norteadores que explicitem quais competências e habilidades devem ser desenvolvidas, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. A Sociedade Brasileira de Computação (SBC)<sup>18</sup>, o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB)<sup>19</sup>, algumas redes públicas<sup>20</sup> e privadas<sup>21</sup> de ensino do Brasil e, também, alguns países<sup>22</sup> têm proposto um conjunto de eixos norteadores para a integração das tecnologias ao Currículo, entre eles: a cultura digital, o pensamento computacional, o *design* e a iniciação científica.

A **cultura digital** impacta na inclusão digital do estudante para participação ativa na sociedade contemporânea. Envolve o letramento digital<sup>23</sup>, por meio do

<sup>18</sup> SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO. **Referenciais de formação em computação: educação básica**. 2017. Porto Alegre: SBC, 2017.

<sup>19</sup> RAABE, André L. *et al.* **Currículo de referência em tecnologia e computação: da educação infantil ao ensino fundamental**. São Paulo: CIEB, 2018. E-book em pdf.

<sup>20</sup> SÃO PAULO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Currículo da cidade: tecnologias para Aprendizagem**. São Paulo: SME/COPEd, 2019.

<sup>21</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI. **Programa SESI educação tecnológica: documento conceitual**. Brasília: SESI, 2021.

<sup>22</sup> THE NATIONAL COUNCIL FOR CURRICULUM AND ASSESSMENT. **Investigation of curriculum policy on coding in six jurisdictions**. Dublin: NCCA, 2018; INNOVATION AND SCIENCE AUSTRALIA. **Australia 2030: Prosperity through innovation**, Australian Government: Canberra, 2017.

<sup>23</sup> OECD. **21st-century readers: developing literacy skills in a digital world**. Paris: OCDE, 2021.



desenvolvimento de habilidades que garantam acesso, reconhecimento, exploração, criação e pleno domínio das TDIC. A cidadania digital também é uma dimensão importante dentro da cultura digital, pois possibilita que os estudantes sejam usuários responsáveis das tecnologias, explorando com segurança e confiança o mundo digital<sup>24</sup>. Envolve o desenvolvimento de habilidades que permitam aos estudantes manter suas informações pessoais seguras, combater conteúdos nocivos e *fake news*, equilibrar a vida on-line e off-line e ter clareza sobre direitos autorais.

O **pensamento computacional** impacta na forma de pensar do estudante, na organização de conceitos, na resolução de problemas e na comunicação e interação com as pessoas e o mundo à sua volta. Envolve o desenvolvimento de habilidades associadas à compreensão e decomposição de problemas, ao reconhecimento de padrões, à codificação, à abstração e ao desenvolvimento de algoritmos<sup>25</sup>. O **design**, por sua vez, desenvolve atitude crítica e criativa do estudante, no contato com ferramentas diversificadas que estimulam o processo de imaginação, concepção, construção e testagem no desenvolvimento de atividades e projetos com o objetivo de gerar soluções inovadoras<sup>26</sup>. Envolve o desenvolvimento de habilidades que fortalecem o protagonismo dos estudantes como criatividade, autonomia, comunicação, colaboração e resiliência.

Outro eixo importante é a **iniciação científica** que impacta na apropriação inicial e gradual da ciência e suas aplicações, permitindo aos estudantes explorar conceitos científicos e tecnológicos, a fim de desenvolver o conhecimento e o entendimento do mundo ao investigar, planejar e desenvolver soluções para problemas individuais e coletivos<sup>27</sup>. Envolve o desenvolvimento de habilidades e práticas de investigação e de raciocínio científico como observar fenômenos, buscar explicações, exercitar a

---

<sup>24</sup> JONES, L. M.; MITCHELL, K. J. *Defining and measuring youth digital citizenship*. **New Media & Society**, v. 18, n. 9, p. 2063-2079, 2016.

<sup>25</sup> CHING, Y-H; Hsu, Y-C; BALDWIN, S. *Developing computational thinking with educational technologies for young learners*. **Tech Trends**, 62, p. 563-573, 2018.

<sup>26</sup> DARBELLAY, F.; MOODY, Z.; LUBART, T. *Creativity, Design Thinking and Interdisciplinarity*. Singapura: **Springer Nature Singapore**, 2017.

<sup>27</sup> SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. **Programa SESI educação tecnológica: documento conceitual**. Brasília: SESI, 2021.

curiosidade, identificar características e padrões, registrar informações, investigar, questionar, analisar, argumentar e elaborar soluções. Além disso, soma-se o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao raciocínio lógico, à interpretação de dados de diferentes naturezas, à produção de conclusões e explicações baseadas em evidências científicas<sup>28</sup>.

### *Inovação das práticas pedagógicas*

Integrar a tecnologia ao currículo, tendo como referência os eixos norteadores mencionados, implica abrir espaço para que os recursos tecnológicos passem a permear as diversas áreas de conhecimento, como um fio condutor pedagogicamente processual e interdisciplinar, extrapolando a usual visão das tecnologias como fim e assumindo-as como meio para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores<sup>29</sup>.

No entanto, para colocar o currículo em ação, é preciso superar o modelo da sala de aula “auditório” e diversificar as iniciativas e práticas pedagógicas, acompanhando as tendências, visando romper com a didática homogênea que marcou a Educação no século XX. Nessa perspectiva, as metodologias ativas têm importante papel, pois colocam o estudante no centro do processo educativo e possibilitam maior autonomia e responsabilização pelo seu processo de aprendizagem. Além disso, a abordagem interdisciplinar STEAM<sup>30</sup>, que trabalha o ensino de Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática de forma integrada, com base em problemas da vida real, pode ser importante iniciativa para promover o aprendizado significativo e possibilitar uma formação conectada com os desafios futuros<sup>31</sup>.

<sup>28</sup>WEFFORT, H. F.; ANDRADE, J. P.; COSTA, N. G. **Currículo e educação integral na prática: caminhos para a BNCC de Ciências Naturais**. São Paulo: Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019

<sup>29</sup>SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – SESI. **Programa SESI educação tecnológica: documento conceitual**. Brasília: SESI, 2021.

<sup>30</sup>HARRIS, A.; BRUIN, L. R. Secondary school creativity, teacher practice and STEAM education: an international study. **Journal of Educational Change**, v. 19, p. 153-179, 2018.

<sup>31</sup>CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. **Educação STEAM: Insumos para a construção de uma agenda para o Brasil**. Brasília: CNI, 2021.

O movimento *Maker* na Educação também tem sido uma tendência que fortalece a cultura “mão na massa” e tem ganhado espaço no contexto educacional, principalmente com o barateamento de impressoras 3D e das placas de prototipagem, além da popularização da microeletrônica e da programação, apoiando-se metodologicamente em um ciclo de três etapas: olhar atentamente, explorar complexidades e encontrar oportunidades<sup>32</sup>. Outra importante iniciativa é o estímulo e o apoio da instituição escolar na participação dos estudantes em torneios de robótica, feiras de ciências e olimpíadas de conhecimento, com o objetivo de incentivar, desde cedo, a paixão pelo conhecimento, a criatividade e o espírito investigativo, dando aos estudantes a chance de conhecer e se aprofundar em temas que lhes interessem<sup>33</sup>.

### *O papel do professor na escola do futuro*

Para que os professores possam atuar com base nos pilares de uma Educação inovadora, eles precisam desenvolver as competências que pretendem despertar e fomentar nos estudantes. Nessa perspectiva, a formação inicial e continuada deve ir além da adição de novos conhecimentos e habilidades técnicas e tecnológicas: necessita favorecer uma mudança de paradigma que permita ao professor fazer uma reconstrução do seu papel e propósito<sup>34</sup>. Na Educação do século XXI, o professor precisa assumir a função de mediador e assegurador de aprendizagem<sup>35</sup>. Isso significa que o compromisso primordial do professor é buscar os melhores caminhos para garantir que cada um explore e alcance todo o seu potencial de aprendizado, ou seja, o professor deve usar a realidade do aluno a favor da transformação do meio em que está inserido.

---

<sup>32</sup>CLAPP, Edward P. et al. ***Maker-Centered Learning: empowering young people to shape their worlds***. San Francisco: Jossey-Bass, 2016.

<sup>33</sup>AMARAL, A. L. et al. ***Competições científicas: estímulo ao pensamento crítico e criativo***. Brasília: SESI, 2019.

<sup>34</sup>AMARAL, A. L.; BEZERRA, L. G. ***Neurociência e educação: olhando para o futuro da aprendizagem***. No prelo.

<sup>35</sup>UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP: Cátedra De Educação Básica. ***Ciclo Ação e Formação do Professor***. São Paulo: USP, 2019.

Para além da formação, os professores devem ser incentivados e precisam ter **mais** autonomia e **suporte** para inovar na sala de aula, utilizando novos recursos e metodologias. A inovação só ganha força em ambientes onde boas ideias podem ser implementadas e não são desencorajadas por uma gestão escolar tradicional e engessada.

Vale destacar que a tecnologia pode ser importante aliada do professor. Pesquisas indicam que os professores trabalham, em média, cerca de 50 horas<sup>36</sup> por semana, porém atuam menos da metade do tempo na interação direta com os estudantes<sup>37</sup>. A tecnologia pode ajudar os professores a realocarem de 20% a 30% de seu tempo para atividades que apoiam diretamente a aprendizagem do aluno<sup>38</sup>. As áreas com maior potencial de automação são exatamente aquelas que levam a maior parte do tempo dos professores, como, por exemplo, a preparação das aulas, a elaboração e correção das avaliações, além de algumas tarefas administrativas. Com mais tempo livre e apoio das plataformas adaptativas para encontrar os melhores caminhos de aprendizagem para cada estudante, os professores podem se dedicar, de forma mais eficaz, ao que, realmente, faz diferença: proporcionar interações e experiências de aprendizagem significativas que gerem resultados de alto impacto para todos os estudantes.

### *O desafio da garantia da infraestrutura física e tecnológica*

No entanto, a integração da tecnologia ao processo educativo impõe um conjunto de desafios que ficaram explícitos na crise gerada pela pandemia da Covid-19, evidenciando uma realidade já conhecida da educação brasileira: a falta de equidade. Segundo dados da última edição da pesquisa TIC Educação<sup>39</sup>, 39% dos estudantes de

---

<sup>36</sup>OCDE. **TALLIS 2018 results: teachers and school leaders as lifelong learners**. Paris: OCDE, 2019.

<sup>37</sup>BRYANT, J. et al. **How artificial intelligence will impact K-12 teachers**. Washington: Mckinsey&Company, 2020.

<sup>38</sup>MICROSOFT. **The class of 2030 and life-ready learning: The technology imperative**. Seattle: Microsoft, 2017.

<sup>39</sup>CETIC. **Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nas Escolas Brasileiras: TIC educação 2019**. São Paulo: CETIC, 2020.

escolas públicas urbanas não contam com nenhum tipo de computador no domicílio, proporção que é de 9% entre os estudantes de escolas particulares urbanas. O acesso dos estudantes à internet também é um grande empecilho: apesar de 71% dos domicílios brasileiros terem acesso à internet, esse percentual cai para 50% nas classes D/E. Nas escolas, as dificuldades multiplicam-se e as estatísticas evidenciam gargalos que precisam ser superados na infraestrutura física e tecnológica.

Além da garantia dos recursos, são necessárias estratégias para que a adoção das tecnologias na educação não aconteça baseada nos mesmos princípios do modelo pedagógico que buscamos superar<sup>40</sup>. Para que tecnologia seja sinônimo de inovação no contexto escolar, o Brasil precisa realizar um conjunto de políticas públicas que garantam reformas sustentáveis<sup>41</sup> e estejam integradas em um plano estratégico com ações em diferentes dimensões<sup>42</sup>, como as explicitadas a seguir:

**Infraestrutura:** refere-se à disponibilidade e garantia de qualidade de computadores e outros equipamentos (celulares, *notebooks*, *tablets*), além do acesso e da qualidade da conexão com a internet e serviços de armazenagem na nuvem. Envolve também a criação de novas arquiteturas para o contexto escolar, que garantam maior flexibilidade e espaços diferenciados para a integração das tecnologias. Tendo em vista as distintas realidades do nosso País, o PNE 2024-2034 precisa contemplar um programa de implementação da infraestrutura necessária, com etapas a serem atingidas, que considere os desafios locais das redes de ensino.

**Conteúdo e recursos digitais:** refere-se ao acesso e uso de programas, *softwares*, pacotes de aplicativos de edição de texto e planilha, conteúdos digitais (materiais de aprendizado, videoaulas, jogos educacionais), assim como materiais e tecnologias que permitam aos estudantes fazer experimentos e construir objetos físicos

---

<sup>40</sup>SATHLER, L. O que permitirá a verdadeira transformação digital na educação? In: ***Digital: negócios e transformação digital***. Núcleo de Inovação e Empreendedorismo. Nova Lima: Fundação Dom Cabral, 2021.

<sup>41</sup>BLIKSTEIN, P. et al. ***Tecnologias para uma educação com equidade: Novos horizontes para o Brasil***. São Paulo: Todos pela Educação, 2021.

<sup>42</sup>CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CEIB. ***A construção de um plano de inovação e tecnologia educacional***. São Paulo: CIEB, 2018. E-book em pdf.

e virtuais (*kits* de robótica, computação física, impressoras 3D, ferramentas de programação, laboratórios virtuais, ferramentas de criação).

**Formação:** refere-se às múltiplas iniciativas para que os diferentes atores (professores, coordenadores e diretores) desenvolvam conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para garantir o uso potencializado das tecnologias no processo educativo. **É necessário, ainda, que os professores contem com profissionais específicos da área digital. É de necessidade que cada escola disponha aos seus profissionais um TI (Técnico em Informática) para amparo e atualizações periódicas na área digital.**

**Gestão escolar:** refere-se ao fomento de uma cultura de inovação que mobilize novas dinâmicas e iniciativas e ofereça a base de sustentação para garantia e integração das outras três dimensões. Refere-se, também, à coleta, ao armazenamento e ao processamento de dados com transparência e segurança, para melhoria do processo de aprendizagem e da gestão escolar, tendo como princípio básico a proteção da privacidade das informações de professores e estudantes.

O alcance das dimensões apresentadas requer esforço e objetividade. De fato, não existem respostas simplistas para a organização e construção de uma escola para o futuro. Nesse sentido, a elaboração do PNE 2024-2034 precisa contemplar as necessárias mudanças que permitam dar escala para as boas práticas inovadoras presentes nas escolas públicas e privadas que já se reorganizaram em torno do novo paradigma da aprendizagem. A certeza de avançar na direção de uma Educação transformadora, que garanta mais qualidade e equidade, é a força motriz que vai impulsionar esse processo de mudança. Para alcançá-lo, será necessário superar paradigmas, estar abertos ao novo e sobrepor obstáculos pessoais, técnicos, políticos e de investimento. O caminho a ser percorrido é longo, mas é preciso acelerar o passo, porque o futuro é agora.

### **EIXO 3. Criação do SNE: avaliação da legislação inerente e do modelo em construção**



I. **O PNE 2024-2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação: instituição, democratização, cooperação federativa, regime de colaboração, parcerias público-privadas, avaliação e regulação da Educação**

*Importância da instituição do Sistema Nacional de Educação (SNE)*

O SNE é mecanismo importante na arquitetura educacional de uma Federação, pois estabelece a forma e os caminhos por meio dos quais será possível integrar, articular e organizar a Educação nacional, a partir de entes autônomos, que compartilham diferentes responsabilidades e recursos financeiros e de pessoal bastante distintos. Há uma série de países que utilizam esse modelo, dentre os quais podemos citar Alemanha, Austrália, Estados Unidos e México.

O SNE é ainda, no contexto brasileiro, fator essencial para que se superem as tremendas desigualdades, na área da educação, constituindo-se como o

*“aperfeiçoamento na organização da educação nacional, sustentada por um pacto federativo construído de forma democrática e inscrito em um conjunto de leis nacionais, capazes de orientar cada sistema ou rede de ensino, para que o direito constitucional inalienável seja garantido, com equidade, a cada cidadão brasileiro”<sup>43</sup>. [1]*

Trata-se, assim, de ferramenta essencial para que se cumpra em plenitude o compromisso com o direito à Educação a que todos os brasileiros fazem jus, conforme art. 205 da Constituição Federal (CF). A CF também é cristalina ao determinar no *caput* do art. 211, que “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em **regime de colaboração** seus sistemas de ensino”. O §4<sup>o</sup> do referido dispositivo, por sua vez, reitera essa diretriz, detalhando que os entes federados deverão definir formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.

---

43 Documento “Instituir um Sistema Nacional de Educação: agenda obrigatória para o país”, apresentado pelo Ministério da Educação, em junho de 2015. Disponível em: [http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE\\_junho\\_2015.pdf](http://pne.mec.gov.br/images/pdf/SNE_junho_2015.pdf). Acesso em: 7 jun. 2021.



Estruturá-lo em lei complementar é também dar cumprimento adicional ao art. 23, parágrafo único, da CF, que estabelece que leis complementares deverão fixar normas para a **cooperação** entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Vale lembrar também que o art. 214 da Carta Magna cita explicitamente a existência do SNE, ao propor que o Plano Nacional de Educação (PNE) deverá ter duração decenal, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação, em regime de colaboração, e que a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o atual PNE 2014-2024, previa, no art. 13, a instituição do SNE até 2016.

Há, portanto, diretrizes constitucionais e legais para que se estabeleça no País uma estrutura que dinamize os sistemas já existentes, nos âmbitos estadual e municipal, e que realize a costura institucional necessária para que os entes federados **não somente cooperem entre si, mas efetivamente colaborem e atuem de forma sinérgica**, em direção à inclusão, à equidade e à qualidade do ensino oferecido para todos os estudantes brasileiros. Trata-se, assim, de finalmente dar cumprimento à visão expressa em 1932 no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>44</sup>:

*a unidade educativa – essa obra imensa que a União terá de realizar, sob pena de perecer como nacionalidade, se manifestará então como uma força viva, um espírito comum, um estado de ânimo nacional, nesse regime livre de intercâmbio, solidariedade e cooperação, que (...) abrirá margem a uma sucessão ininterrupta de esforços fecundos em criações e iniciativas.*

É a consagração da visão sistêmica, da visão do todo, onde todos os parceiros se articulam horizontalmente, isto é, não há hierarquia, de forma a efetivar pedagogicamente

---

<sup>44</sup>Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educacao\\_Nova.pdf](https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf). Acesso em: 4 jun. 2021.

o princípio da continuidade no processo ensino aprendizagem, desde a educação infantil até o ensino superior.

Cumpra acrescentar que em vários momentos, durante o enfrentamento da pandemia de Covid-19, gestores e especialistas em educação têm se feito uma pergunta bastante pertinente, ainda que, em certa medida, desoladora: se o SNE já estivesse implantado no Brasil, as dificuldades e os desafios de garantir conectividade e qualidade do ensino seriam menos complicados de serem enfrentadas? A resposta mais comum é sim, o Sistema faria muita diferença não somente em situações corriqueiras, mas também nesses momentos complexos e disruptivos.

### *Princípios para implementação do SNE*

O princípio basilar para a implementação bem-sucedida do SNE é o da gestão democrática da escola pública. Não se concebe a construção de um sistema efetivamente robusto e sólido sem que se considerem as diferentes instâncias e fóruns de atuação no âmbito educacional. É preciso, assim, que as comissões tripartites e as comissões bipartites realmente representem os envolvidos. Mais que isso, é preciso que essas comissões sejam norteadas pela preocupação em propor e definir parâmetros que efetivamente façam sentido para os entes e sistemas que estão na ponta e, mais importante ainda, estejam articuladas às necessidades mais prementes das escolas e dos estudantes.

Ainda nesse sentido, é preciso articular a atuação dessas comissões à do Conselho Nacional de Educação (CNE) e às dos respectivos conselhos estaduais e municipais, bem como com todos os elementos que compõem o SNE, a partir do diálogo constante. Vale lembrar, ainda, a importância de se abrirem veredas entre as diferentes áreas de atuação junto a crianças e adolescentes, tema que, em função de sua importância, será desenvolvido em seção específica deste texto.

Também em seção específica, abordaremos a questão do financiamento do Sistema. Trata-se de aspecto fundante, pois toda a arquitetura proposta passa pelo



desafio dos recursos financeiros, por meio dos quais será possível, em todo o País, assegurar infraestrutura adequada para atendimento aos estudantes e valorização dos profissionais da educação, com garantia de formação inicial e continuada, articulada às demandas contemporâneas e de planos de carreira adequados, que cumpram as diretrizes da Lei nº 11.738, de 7 de julho de 2008, que instituiu Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os profissionais do magistério da Educação básica. **Pensando em um novo piso salarial para os professores e para todos os profissionais da educação mais justo e coerente com a realidade de nosso país.**

Nesse contexto, a possibilidade de atuação sinérgica entre os entes, por meio de pactuação acerca de parâmetros de infraestrutura e de aprendizagem, é fundamental. Para essa atuação sinérgica e colaborativa, é possível, respeitadas as autonomias e os limites legais, incrementar as formas já existentes de colaboração, tais como os convênios, as adesões, os consórcios e os acordos. Assim, por exemplo, cidades limítrofes poderão se unir, a partir de definições que otimizem espaço, tempo e recursos, para fazer o transporte escolar de forma integrada, ou compartilhar ambientes de aprendizagem. Há, enfim, um universo enorme de conquistas possíveis a partir da instauração efetiva do SNE, que incluem até mesmo parcerias público-privadas, que já acontecem em algumas localidades, mas que, se bem entendidas e estruturadas, sem desresponsabilização do setor público, podem contribuir de forma bastante consistente para, por exemplo, universalizar a Educação infantil no País.

#### *Aspectos da avaliação e da regulação da Educação no SNE*

O SNE deve estar estruturado a partir de parâmetros consistentes de aferição da qualidade da oferta e do alcance da implementação de programas, projetos e ações, incluindo aspectos como infraestrutura, gestão escolar, perfil dos estudantes e dos profissionais da Educação e aprendizagem dos alunos (e da própria instituição). Esses dados são fundamentais para que se construam leituras adequadas acerca dos cenários e se possam fazer eventuais ajustes e ações nos rumos e na atuação dos atores envolvidos. Os resultados das avaliações são importantes também para fazer com que se façam valer os mecanismos supletivos e redistributivos, tanto na esfera financeira quanto na esfera

técnica. Em outras palavras, não se faz política pública sem avaliação – e isso não é diferente no âmbito do SNE.

A avaliação e a regulação são, assim, a espinha dorsal do SNE, entendidas não como atividade *pro forma*, mas como verdadeiro armazém vivo e dinâmico de dados, informações e análises úteis para os gestores em todas as instâncias, mormente no âmbito da comissão tripartite (nacional) e das comissões bipartites (estaduais).

Nesse contexto, destacamos a importância do sistema nacional de avaliação da Educação básica que, no âmbito do SNE **quando** aprovado, deve ser construído por meio da orquestração entre sistemas de ensino públicos e privados, de todos os entes federados, a fim de constituir e acompanhar uma linha histórica que efetivamente funcione como provedora de subsídios consistentes para a formulação de políticas públicas. Vale lembrar, nesse aspecto, a importância de aproveitar e integrar os sistemas de avaliação próprios, já desenvolvidos pelos sistemas de ensino, a fim de efetuar a articulação metodológica necessária e a consequente potencialização da análise dos resultados. **Um gerenciamento de dados coletados que apontem soluções aos resultados das avaliações diagnósticas, levando-se em conta as especificidades em cada região.**

#### *Articulação entre SNE e PNE 2024-2034*

O próximo PNE será estratégico, no contexto da implementação plena do Sistema Nacional de Educação que finalmente emerge. É no âmbito do novo PNE que se estabelecerão metas e estratégias que tornarão possível promover o funcionamento adequado das instâncias de pactuação, a articulação entre realidades distintas e parâmetros de equidade e respeito à diversidade e as necessárias adaptações entre modelos já existentes e novos formatos propostos. É no campo do PNE, portanto, que o SNE ganhará materialidade, com a concretização das eventuais inovações, considerando sempre as diferentes desigualdades que assolam o País.

É na arena do PNE 2024-2034 que deverão estar inscritas as metas e as estratégias capazes de dar corpo ao SNE, trazendo-o para o “chão” dos sistemas de ensino e das escolas, “traduzindo-o” em termos de funcionalidade e alcance e promovendo seu equacionamento em relação aos aspectos práticos, cotidianos e tático-

operacionais. Dentre esses aspectos, podemos citar a valorização e a formação de profissionais da Educação; a assistência técnica e financeira para a gestão dos sistemas educacionais; o compartilhamento e a difusão de boas práticas pedagógicas; a definição de bases curriculares vivas e sintonizadas com as demandas da contemporaneidade; e a dinamização dos programas suplementares.

## **II. O PNE 2024-2034, políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação**

### *Políticas Educacionais, intersectorialidade e desenvolvimento territorial e local*

O desenvolvimento integral das crianças, adolescentes e jovens não pode ser enfrentado sem um trabalho articulado de atores sociais e institucionais, ou seja, entre as pessoas, instituições e políticas que constituem a vida dos estados, municípios e comunidades. É o diálogo entre esses diversos setores que permite construir um conjunto de ações integradas, capazes de responder com maior eficiência aos desafios propostos pela educação integral<sup>45</sup>.

No Brasil, as políticas públicas, inclusive as educacionais, vêm se responsabilizando, cada vez mais, pela proposição e fortalecimento de ações (planos, programas e projetos) que possibilitem melhorias nas condições de vida das populações. Como consequência das reivindicações e lutas sociais, ampliou-se o entendimento sobre a necessidade de articulações das esferas políticas, econômicas, educacionais e sociais, fundamentadas na busca da sustentabilidade ambiental, qualidade de vida e democracia social como forma de estimular o desenvolvimento local. Trata-se da busca de sinergias, que pressupõem a “[...] participação da sociedade nos processos decisórios, a democratização das informações e do acesso aos bens e serviços públicos, o resgate da

---

45 DOWDOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. Ladislau Dowbor. Online. 3 abri. 2006. Disponível em: <https://dowbor.org/06edulocal.doc>. Acesso em: 28 jun. 2021.

autonomia e da identidade local”, bem como a implementação de programas intersetoriais, que visem ao atendimento do indivíduo em todas as dimensões: políticas, econômicas, sociais, culturais, tecnológicas e outras (Senhoras, 2007, p. 14).<sup>46</sup>

Ademais, Dowbor (2006, p. 1) argumenta que “[...] os alunos, além do currículo tradicional, devem conhecer e compreender a realidade onde vivem e onde serão chamados a participarem como cidadãos e como profissionais”. Nessa direção, a ideia de educação para o desenvolvimento local tem ganhado maior destaque e importância no cenário das políticas públicas sustentadas pelo princípio da intersectorialidade. São considerados mecanismos fundamentais da construção de estratégias educacionais democráticas e de emancipação do aluno, envolvendo a participação da comunidade e dos sujeitos sociais, no processo de promoção do desenvolvimento local.<sup>47</sup>

#### *Resgatando os documentos das CONAEs de 2010, 2014*

Desde o início da publicação dos primeiros documentos das CONAEs (2010, 2014 e 2018), são aprovadas propostas e estratégias de responsabilidade compartilhada entre União, DF, Estados, Municípios; uma delas, que diz respeito a este eixo de discussão da CONAE 2022, é “Garantir serviços de apoio e orientação aos estudantes, com o fortalecimento de políticas intersetoriais de saúde, assistência e outros, para que, de forma articulada, assegurem à comunidade escolar os direitos e serviços da rede de proteção”<sup>48</sup>.

Evocando alguns trechos do Documento Base Relatório Final da CONAE de 2018, no seu “EIXO V - Planos decenais, SNE e Educação e Diversidade: Democratização, Direitos Humanos, justiça social e inclusão”, podemos encontrar referências sobre ações

---

46 Políticas Educativas, Intersetorialidade e Desenvolvimento Local. Flávia Temponi Góes e Lucília Regina de Souza Machado. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, abr./jun. 2013. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso em: 10 jun. 2021.

47 Idem.

48 BRASIL, Fórum Nacional de Educação. Documento-Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.



e uma importante discussão para embasar a importância e o papel das políticas de educação e intersetorialidade; por conseguinte, valoriza-se a existência de um Sistema Nacional de Educação (SNE):

Se o Brasil agregasse, articulasse e implantasse políticas intersetoriais envolvendo as instâncias municipais, estaduais e federais com todos os documentos normativos, legislações, orientações, diretrizes curriculares, resoluções, pareceres, planos, projetos, pesquisas e publicações educacionais, dos movimentos sociais, dos formuladores de políticas educacionais e dos pesquisadores e pesquisadoras que tematizam e defendem a articulação entre diversidade, direitos humanos, justiça social e inclusão na construção do SNE, com recursos necessários e suficientes para garantir a materialização das políticas, talvez ele se tornaria um dos países com a políticas sociais e educacionais mais exemplares. Mas as coisas não são tão simples assim. A política e a educação emancipatórias são campos de discussões, de disputas e de lutas onde as unidades escolares devem garantir o protagonismo discentes nos colegiados, conselhos e assembleias. Essa discussão deve ser inserida no cotidiano escolar e na sociedade para que os direitos sejam garantidos nas suas especificidades. Neste sentido percebe-se que o conteúdo de todos estes documentos nem sempre são conhecidos pelos atores em todas as esferas do processo educacional, fazendo-se necessária a efetivação de políticas educacionais de formação inicial e continuada que repercutam no cotidiano das escolas e, por conseguinte, nos espaços em que se estabelecem as relações sociais<sup>49</sup> (Brasil, 2018, pág. 110).

---

49 Documento Base Relatório Final da CONAE 2018 – Disponível em:  
[http://fne.mec.gov.br/images/Documento\\_Base\\_-\\_Relatorio\\_Final\\_da\\_CONAE\\_2018.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.



Ainda, vale resgatar alguns trechos do Documento-Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014, que traz, no seu "EIXO II - Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos", as seguintes reflexões:

A implementação de políticas públicas que garantam o direito à diversidade em articulação com a justiça social, a inclusão e os direitos humanos e linguísticos demanda a realização e implementação de políticas setoriais e intersetoriais: educação, trabalho, saúde, cultura, ciência e tecnologia, moradia, terra, território, previdência social, planejamento, dentre outros. Requer, portanto, o diálogo com os movimentos sociais e organizações da sociedade civil, protagonistas das lutas pela garantia da igualdade social, singularidade linguística dos(as) surdos(as) e valorização da diversidade. Essa implementação deve ocorrer desde a primeira etapa da educação básica (Brasil, 2014, pág.32).<sup>50</sup>

Ainda no mesmo texto do Documento-Final da CONAE de 2014, em seu "EIXO III - Educação, Trabalho e Desenvolvimento Sustentável: Cultura, Ciência, Tecnologia, Saúde, Meio Ambiente", foram apresentadas proposições e estratégias indicando as responsabilidades, corresponsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados (União, Estados, DF e Municípios), tendo por princípios a garantia da participação popular, a cooperação federativa e o regime de colaboração, conforme texto que se segue:

A proposição e materialização de uma política nacional de educação, no âmbito de um SNE, implicam compreender e articular as políticas de trabalho, educação e desenvolvimento sustentável, assim como suas

---

50BRASIL, Fórum Nacional de Educação. Documento-Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) de 2014. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/DocumentoFinal29012015.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

interfaces com os atuais contextos, processos e ações do Estado e da sociedade civil organizada nas áreas de cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, desporto e saúde”<sup>51</sup> (Brasil, 2014, pág.51).

Finalmente, a mudança social e o desenvolvimento sustentável implicam, ainda, políticas públicas capazes de:

a) avançar na articulação das políticas setoriais e intersetoriais no âmbito da educação, cultura, desporto, ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente;

b) compreender trabalho, educação, diversidade cultural, ética e meio ambiente como eixos estruturantes do desenvolvimento sustentável;

c) ampliar o debate e as ações para a ampliação da saúde de estudantes e profissionais da educação e a melhoria das condições de trabalho e desenvolvimento profissional;

d) respeitar a diversidade cultural e a biodiversidade nas políticas públicas de educação, saúde, cultura e trabalho<sup>52</sup> (Brasil, 2014, pág.54).

Ainda no documento Base Relatório Final da CONAE 2018, encontramos um trecho importante do texto, que propõe:

Para a superação da situação em que nos encontramos, é necessário que haja o engajamento efetivo do Estado e da sociedade na resolução do problema. As desigualdades em nosso país potencializam esse desafio. Para reverter esse quadro é fundamental a instituição do SNE e a materialização dos Planos de educação, por meio de processos participativos, valorização dos conselheiros na participação de uma fiscalização mais atuante, envolvendo os sistemas de ensino, fóruns, conselhos e setores e segmentos da sociedade, inclusive como representantes de estudantes e do conjunto da comunidade escolar, com políticas de Estado que sejam efetivamente assumidos e concretizados como tal<sup>53</sup> (Brasil, 2018, pág. 129).

Concluindo, então, a contribuição a este texto, no item “II. O PNE 2024-2034, políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação”, vale citar um trecho de um texto sobre a

---

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

<sup>53</sup> Idem.

intersectorialidade da educação integral e o conceito de educação integral, que deverão fundamentar o SNE, como se segue:

Por fim, a intersectorialidade na Educação Integral articula pessoas, organizações e instituições com o objetivo de compartilhar causas, projetos de modo igualitário, democrático e solidário. Ela instaura uma forma de organização baseada na colaboração e na divisão de responsabilidades e competências, uma nova articulação política que prevê uma aliança estratégica entre os atores sociais (pessoas) e forças (instituições).<sup>54</sup>

A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais.<sup>55</sup>

### **III. O PNE 2024-2034 e o financiamento da educação: gestão, transparência e controle social**

A Educação é um dos direitos sociais previstos na Constituição Federal em seu artigo 6<sup>o</sup>, bem como no art. 205. Para o cumprimento da garantia a esse direito, deve-se caminhar no sentido do fomento da organização e do funcionamento das políticas públicas educacionais. Faz-se necessária a construção de um orçamento público que atenda as demandas contidas em qualquer Plano Nacional de Educação oriundas da manifestação expressa das comunidades escolares, independente de possíveis reformas econômicas. Nesse sentido, o financiamento público da educação se constitui como pilar estrutural para cumprimento dos princípios básicos da administração pública, a saber,

<sup>54</sup> CENTRO DE REFERÊNCIAS EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. Intersetorialidade na Educação Integral. 2015. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/glossario/intersetorialidade-na-educacao-integral/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

<sup>55</sup> Idem.

eficácia e eficiência, no sentido da execução de estratégias que contemplem as metas previstas para a garantia do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros.

O Artigo 13 da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação, PNE (2014-2024), prevê a instituição em lei específica do Sistema Nacional de Educação (SNE), que será “responsável pela articulação entre os sistemas de ensino, em regime de colaboração, para efetivação das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação”. Portanto, a construção do orçamento público seguindo os princípios da gestão democrática levará à construção do SNE como peça fundamental para a garantia do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros.

A partir da construção do orçamento público, é preciso construir um modelo de gestão dos recursos financeiros educacionais, de forma a consagrar o direito à educação no Brasil. Nesse sentido, faz-se necessária a visão do todo que o SNE nos proporciona, fato esse que se manifesta pela atuação eficaz dos membros de todos os conselhos de controle social. Tal atuação deve ser garantida por um programa nacional de aperfeiçoamento desses membros, construído de forma articulada entre as instituições que compõem o SNE, em especial as entidades que representam os conselheiros em âmbito nacional, seja a UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação), ou seja, o FONCEDE (Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação).

O artigo 206 da Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da gestão democrática como instrumento de construção pedagógica, transparência e controle social dos recursos financeiros da área. Esse princípio aponta para a necessidade da divulgação dos dados para a sociedade, setores e segmentos educacionais, para evitar retrocessos e ao mesmo tempo fomentar o debate para a efetivação de novas fontes de financiamento público, que vão de encontro às demandas das comunidades escolares. Quando essa prática é exercida de forma perene, o resultado esperado é a tão desejada autonomia dos órgãos de controle social.

O financiamento da educação brasileira possui marcos legais básicos que se encontram na Constituição Federal, na Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Base da Educação), na Lei nº 9766, de 18 de dezembro de 1998 (Salário Educação), na Lei nº 14113, de 25 de dezembro de 2020 (Novo FUNDEB) e na Lei Nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que “dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou na compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural (...)” (BRASIL, Lei No 12.858, 2013, Art. 1o).

Pode-se afirmar que há, no Brasil, uma vinculação de recursos financeiros para a educação, sendo obrigatório um acréscimo no percentual dos recursos, assegurando que seja independente de quem explora o petróleo e o gás natural – Pré-sal (Estado, ou empresa privada e/ou estrangeiros). Para que se avance na qualidade da educação, é preciso que esse financiamento não só seja mantido, mas que seja ampliado por parte do governo federal. Reitera-se, aqui, a necessidade de um programa nacional de aperfeiçoamento dos membros dos conselhos responsáveis pela fiscalização das leis que já foram aprovadas para aplicação dos recursos financeiros.

A primeira vinculação encontra-se no Art. 212 da CF, ao estabelecer que

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988, Art. 212).

A segunda vinculação é estabelecida no § 5º do Art. 212 da CF, ao estabelecer que a educação básica pública “terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas” (BRASIL, 1988), sendo obrigatória a transparência acerca da aplicação deste investimento por parte do Município, Estado e União. O Salário-Educação é uma contribuição social paga pelas empresas, atualmente no valor de 2,5% por empregado, com base no salário mínimo local como QESE (Quota Estadual e Municipal do Salário-Educação) 183, prevista na Lei nº 4440/64.

A terceira vinculação surgiu com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que alterou o art. 214 da CF e determinou que os planos nacionais de educação a serem estabelecidos no Brasil deveriam conter o “estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto” (BRASIL. CF, 1988, Art. 214). O PNE (2014- 2024) já apresentou esta vinculação em sua Meta 20: “ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio” (BRASIL. Lei Nº 13.005, 2014, Meta 20).

Mais uma vez, é importante ressaltar que a estrutura de financiamento público da educação deve ser respeitada a despeito de qualquer reforma econômica.

A quarta vinculação advém da aprovação da Lei Nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, ao determinar que serão destinados exclusivamente para a educação pública, com prioridade para a Educação Básica e para a saúde, na forma do regulamento, os seguintes recursos: “I – as receitas dos órgãos da administração direta da União provenientes dos royalties e da participação especial decorrentes de áreas cuja declaração de comercialidade tenha ocorrido a partir de 3 de dezembro de 2012, relativas a contratos celebrados sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, 12.276, de 30 de junho de 2010, e 12.351, de 22 de dezembro de 2010, quando a lavra ocorrer na plataforma continental, no mar territorial ou na zona econômica exclusiva; II – as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes dos royalties e da participação especial, relativas a contratos celebrados a partir de 3 de dezembro de 2012, sob os regimes de concessão, de cessão onerosa e de partilha de produção, de que tratam respectivamente as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.276, II. Tornar efetiva a regulamentação da distribuição do recurso conforme texto de lei. Exigir do Governo Federal que haja a regulamentação imediata da destinação dos recursos do fundo social. III – 50% (cinquenta por cento) dos recursos recebidos pelo Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que sejam



cumpridas as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação; e IV – as receitas da União decorrentes de acordos de individualização da produção de que trata o art. 36 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010. § 1º As receitas de que trata o inciso I serão distribuídas de forma prioritária aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que determinarem a aplicação da respectiva parcela de receitas de royalties e de participação especial com a mesma destinação exclusiva. § 2º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP tornará público, mensalmente, o mapa das áreas sujeitas à individualização da produção de que trata o inciso IV do caput, bem como a estimativa de cada percentual do petróleo e do gás natural localizados em área da União.

§ 3º União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão os recursos previstos nos incisos I e II deste artigo no montante de 75% (setenta e cinco por cento) na área de educação e de 25% (vinte e cinco por cento) na área de saúde” (BRASIL. Lei Nº 12.858, 2013, Art. 2º), pede-se regulamentação e aplicação urgente. Que se viabilizem novas fontes de recursos por parte da União. IV: O Ministério da Educação publique relatórios semestrais dos recursos oriundos referentes ao pagamento de royalties propostos ao item 292 e legislações.

O cumprimento da Meta 20 do PNE (2014-2024) até 2024, ou seja, aplicar recursos financeiros em Educação equivalentes a 10% do PIB, exigirá, entretanto, que recursos financeiros além dos previstos na quádrupla vinculação sejam adicionados, tanto pela União, quanto pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Serão necessários também melhores mecanismos de arrecadação de tributos municipais, atualização da legislação pertinente (Código Tributário Municipal), fiscalização rígida. Como exemplo, citamos a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), previsto na Constituição Federal de 1988, e a elevação dos mínimos constitucionais, artigo 212. Os tributos elegíveis para possíveis elevações seriam: impostos, utilizando como referência a tributação a partir do IGF; Imposto Territorial Rural (ITR); Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Imposto sobre Causa Mortis e Doações (ITCMD); Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA); criação de imposto sobre veículos aquáticos e aéreos; imposto

Marítimo (IM); tributação de veículos aéreos de utilização particular. O recolhimento do percentual destes impostos deveria ser exposto nos sites de transparência fiscal.

Na discussão do financiamento público da educação pública vale destacar dois documentos mais recentes, a saber:

1) Nota Técnica N<sup>o</sup> 25/2020/CGIME/DIREDE emitida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), posteriormente homologada pela Portaria N<sup>o</sup> 338, de 27 de maio de 2021, emitida pelo Ministério da Educação (MEC), que trata da metodologia de aferição do Custo Aluno Qualidade (CAQ), composta por fatores de ponderação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 212-A da Constituição, que equacionam as diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino e indicadores de vulnerabilidade social. O documento chama a atenção para a não operacionalização do CAQ em virtude de sua alta complexidade, embora a garantia de padrão mínimo de qualidade esteja muito presente na legislação brasileira, além de apontar para a necessidade de uma dupla ponderação, objetivando avanços significativos na educação brasileira, ao aumentar o padrão de qualidade e assim contribuir para a diminuição das desigualdades sociais.

2) Lei n<sup>o</sup> 14113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal. A legislação regulamenta um aumento da contribuição da União na composição do FUNDEB, através das complementações denominadas: Valor Anual Final por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Anual por Aluno por Resultado (VAAR). O VAAR contempla as redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, a saber: I – provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho, ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados

previamente em avaliação de mérito e desempenho; II – participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes de cada ano escolar, periodicamente avaliado em cada rede de ensino, por meio dos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica; III – redução das desigualdades educacionais socioeconômicas e raciais medidas nos exames nacionais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, respeitadas as especificidades da Educação Escolar Indígena e suas realidades; IV – regime de colaboração entre Estado e Município formalizado na legislação estadual e em execução, nos termos do inciso II do parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal e do art. 3<sup>o</sup> da Emenda Constitucional n<sup>o</sup> 108, de 26 de agosto de 2020.

Dessa forma, faz-se necessária a mobilização dos governos dos entes federados, instâncias legislativas federais, estaduais, distrital, municipais, e movimentos sociais que se encontram organizados nos diversos setores da sociedade. Esse é o cenário mais amplo que emoldura e desafia os participantes da CONAE em sua capacidade de formulação e incidência nas políticas públicas educacionais, para garantir e viabilizar as tomadas de decisões efetivas entre os diversos setores do campo social. É um cenário previsto na Constituição Federal, para favorecer o crescimento global dos setores envolvidos.

Para finalizar a Conferência Municipal da IV CONAE 2022, ocorreu a eleição dos Delegados conforme disposto do Regimento Interno, sendo: Representante da Educação Infantil: Adriana de Moura das Neves, CPF: 037.877.959-10; Representante do Ensino Fundamental: Cleonice Tavares, CPF: 857.713.509-82; Representante do Ensino Médio: Camila Macenhan, CPF: 081.245.499-58; Representante do Ensino Superior: Márcia de Campos Biezeki, CPF: 020.312.369-70; Representante da Educação Especial: Vanessa Bauer Ribas, CPF: 020.477.939-12; Representantes da Diversidade: Claudécir Viri, CPF: 038.809.349-83; Rosemari Ferreira da Silva Camara, CPF: 557.928.479-91; Representante do Conselho Municipal de Educação: Leandro Tadeu Alves Dreher, CPF: 029.430.319-76; Representante da Secretaria Municipal de Educação: Nathiely Juliana Ribeiro, CPF: 023.152.739-00.

Os delegados eleitos declararam não serem portadores de necessidades especiais.

Os delegados foram eleitos pelos participantes abaixo relacionados:

#### PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA

Adenise Das Graças Oliveira Ataide

Adriana De Moura Das Neves

Adriana Fátima De Lara

Adriana Oliveira Ricardo

Adriana Pimenta Da Cruz

Adriana Souza

Adriane Fantin Grandó

Adrieli Piazzentini Dill

Alcione De Paula Terres

Alda Viviane Monteiro

Aline Do Prado Regensburger

Amanda Aparecida Santos Gouvea.

Amanda Rigon

Amanda Soares Da Silva

Ana Alice Saldanha Ferreira

Ana Claudia Correa De Mello Marcon

Ana Cristina Garcia  
Ana Paula Bannack Rodrigues  
Ana Rosa Soares Pires  
Andréa Fidencio Oliveira  
Andrea Grando Pinheiro  
Andreia Aparecida Zanon  
Andreia De Oliveira Da Silva  
Andreia Nunes Da Silva  
Andréia Ribeiro  
Andreia Sampaio Pacheco  
Andressa Carla Barrabarra  
Andressa Regina Aparecida Trindade  
Andressa Regina Aparecida Trindade  
Angela Maria Tesseroli  
Angela Simões Bueno  
Angélica Correa Ricardo  
Angelica Maia Dos Santos  
Angelita Beatriz De Souza Barp  
Antonina De Lurdes Velho  
Arianny Durli Fonseca  
Berenice Silveira  
Bruna Daniele Lopes  
Bruno Cesca Nunes  
Camila Do Carmo Duarte  
Camila Macenhan  
Camila Ribeiro Dos Santos  
Carla Caroline Lemes Brasil  
Carla Guerios  
Carolina Ivete Da Silva Da Cruz  
Caroline Oliveira

Legenda: **Palavras/frases em: vermelho = alterar**    **vermelho tachado = suprimir**    **azul: acrescentar/adicionar**

Cecília Da Rocha Da Maia De Oliveria  
Cintia Mara Goetz  
Cintia Medeiros Ramos  
Clarisse De Oliveira Bertolla  
Claudia Maria Grein  
Claudia Maria Marques Dal'agnol  
Cleonice Aparecida Dalcin  
Cleonice Aparecida De Araújo Da Silva  
Cleonice Tavares  
Cleusa Mary De Siqueira  
Cleuza Maria Monteiro  
Clori Dos Santos Maciel  
Cristiane Galvão Dos Santos  
Cristiane Valduga Dos Santos  
Cristiane Zanatta  
Cristina De Fatima Arruda Souza  
Daiane Aparecida Araújo Dos Santos  
Daiane Driessen  
Daniela Cristina Souza Dias Donner  
Daniele Cardoso  
Danielli Pilantir  
Dara Caroline De Oliveira Dos Santos Muller  
Debora Maira Oliveira  
Devora Suzana Caveglon  
Diogo Arthur Serpa Brunetti  
Dionisia Maria Dos Santos  
Dóris Pereira Canei  
Edilamar Cazella Maciel  
Eduarda Kozlowiski De Castro  
Edyane Invernizzi



Eleni Ribeiro De Souza  
Elenice Terezinha Dos Santos  
Eliana Moura Da Silva Oliveira  
Eliane Aparecida Alves  
Eliane De Fátima Cordeiro  
Eliane Maria Kunz Pacheco  
Elisa De Fátima Rocha Ricardo  
Elisandra Da Silva Abreu  
Elisangela Ribas  
Elizandra Santos Rosa,  
Ellen Caroline Kemes  
Eloiza Do Nascimento Nunes  
Emerson Luiz De Ramos  
Eronilde Alves De Paula  
Esli Alves Da Rocha  
Evandra Luzia Padilha Da Cruz  
Evelyn Cristine Da Silveira  
Fabiana Daibs Garcia  
Fabiana Fabris  
Fabiane Roso Canei  
Fabiola Feliciano Vaz  
Fernanda Aparecida Ferreira  
Fernanda Camille De Oliveira  
Florinda Thibes Bonkerner  
Franciele Olivo  
Francielen Taoana Pontes Dos Santos Fernandes  
Gabriela Dalla Costa Dorneles  
Gabriela De Oliveira  
Gracy  
Geni Aparecida Genis Ferraz

Gerson Dos Santos Ribeiro  
Gerty  
Gianni Tesseroli Ribeiro  
Giany Clarissa Menin  
Gilza Mara Schmidt De Andrade Kreve  
Gisele Cristine Caliberda Siqueira  
Gislaine Nataliele  
Glauce Guérios,  
Gorete Aparecida Andrade Pinheiro  
Gracieli Regina Venancio  
Helen Fernandes  
Helena Mathias Dos Santos  
Iasmin Bittini Soares  
Imilene De Fatima Cezário  
Indianara Bringhenti  
Inês Busatta Rampazzo  
Inês Dos Santos E Silva  
Irongina Lopes De Souza  
Isabelle Talita Caliberda De Oliveira  
Isaura De Fátima Ribas Padilha Lazzaretti  
Ivanete Duarte  
Ivani Pieri Pinto  
Ivete Aparecida Dos Santos  
Ivonete Costamilan  
Janaina  
Jaciera Sonoski  
Jandara Lofagem  
Janete Dos Santos Dias Almeida  
Jaqueline Da Silva  
Jaqueline Souza Gomes

Jéssica De Fatima Correia  
Jhonattan M Terencio Brasil  
Joane Cristina Lima Nicolau  
Joceli Andraschko  
Joceni De Lourde Ramos  
Jociele Camargo Da Cruz  
Jonatan Luiz De Oliveira  
Josiane Aparecida Santos  
Jovita Teolide Damo.  
Jozieli Cruz Proencio Lins  
Jucelidia Aparecida Thiesen Honaiser  
Jucimari Brasil Da Silva  
Juliana Da Rocha Souza  
Juliana Da Silva Santos  
Juliana Soares Sampaio Da Silva  
Julie Andrade  
Juraci Aparecida Ramos De Lima  
Jussara Gonçalo Hanser  
Kamila Lauterio De Ávila Preto  
Karina Gauza De Abreu  
Kauana Thainá De Paula  
Laides Rosa Gois  
Leidiane De Oliveira  
Leila Maria Schwuab  
Lenita Aparecida Da Cruz,  
Lenita Da Silva Fernandes  
Leticia Dangui Saldanha  
Lia Das Graças Melo Ramos  
Liamaria Hazt  
Liliane Baldissera

Liliani Meurer Tonial Bona  
Lisandra De Fátima Padilha Da Cruz  
Lorai De Lourdes Dos Santos Borges  
Loreci Aparecida Honorato Da Silva  
Lorena Rodrigues  
Luamara Deitos  
Luana De Fátima Theodoro  
Lucia De Fátima Chernoski Ribas  
Luciana Silva Tesseroli Dos Santos  
Luciane De Fátima Ribas Fonseca  
Lucilene Cesario  
Lucimara Deitos,  
Luiz Carlos Kael Jorge  
Luiz Henrique Güntzel  
Lurdes Pereira  
Manuelle De Marco ,  
Marcelo Albino  
Marcia De Campos Biezeki  
Marcia Teresinha Bonatto Muller  
Marelize Ricardo Rosa Carbonar  
Maria Conceição Danguí Bannacke  
Maria Cristina Hoffman De Melo  
Maria De Lourdes Alves  
Maria Elena Da Aparecida Pires  
Maria Helena Araujo Trindade  
Maria Helena Drusina Serafini  
Maria Ines Tomaz Casro  
Maria Isabel Batista De Oliveira  
Maria Jaciara Ferreira Dos Santos  
Maria Júlia Pinheiro Dos Santos

Maria Juliana Lisboa  
Maricy Bueno Da Silva  
Marilda Dos Santos Tibes  
Marilene Dos Santos Guedes  
Mariluz Aparecida Conder Da Cruz  
Mariluz Silva Prestes  
Marines Fátima Santos Souza  
Marines Gomes Alvez  
Mario Vitor Teles Batista  
Marisa Barrabarra Vaz  
Marli De Fátima Da Silva Bernardino  
Marli Rodrigues  
Marli Teresinha Pereira De Moraes  
Mauricio Penteado Campos Araujo  
Michelle Regina Barcelos  
Mirian Aparecida Rodrigues Fragoso  
Mirian Mascarello  
Monica Aparecida Santos Souza  
Munique Borella De Sousa De Oliveira  
Nádia Aparecida Barrabarra  
Natalia Luiza Giongo  
Natalia Regina Ricardo De Ramos  
Nayura Ai More Santos Do Carmo  
Neiva Iohann Olivo  
Neiva Possatto Orlando  
Nelci Elisa Poggere  
Nilce Alves De Oliveira  
Noemi Matias Da Silva  
Olga Maria Paz Porto,  
Ozélia Cesca

Legenda: **Palavras/frases em: vermelho = alterar**    **vermelho tachado = suprimir**    **azul: acrescentar/adicionar**

Patricia De Mello Bueno  
Patricia Geraldo  
Patrike Soares De Oliveira  
Paula Antonelli Varella  
Paula Graciele Fernandes Camargo  
Paulo Rogério Bertolla  
Poliana Santos  
Rafael Jardim  
Rafaela Cordeiro Prestes  
Rafaela Oliveira Ferreira  
Reginaceli Kruger Sendeske  
Rita De Cassia Vivan De Mello  
Ritania Martini Weiss  
Rodnaldo Barrabarra  
Rosa Maria De Moura Eschembach  
Rosane Da Luz  
Rosane De Quadros Hermes  
Rosane Maria Da Luz Santos  
Rosangela Cordeiro  
Rosangela De Lurdes Cordeiro  
Rosangela Leite  
Roseli Araujo  
Roseli Rodrigues  
Rosélia Angelita Carbonar Cofferi  
Rosemary Ferreira Da Silva Camara  
Rosemeri Machado  
Rosemeri Dos Santos,  
Rosicler Flores Da Silva  
Rosimeri Terezinha Salvagado Cass  
Rozangela Cora



Rozeni De Souza Cordeiro  
Rubiane Andressa Morais Ribas  
Saionara Da Aparecida Ribeiro  
Salette Santos Cordeiro  
Samara Almeida Dos Santos  
Sandra Regina Almeida  
Sara Vilma Fernandes Ribeiro  
Sarajane Aparecida Lofagem  
Sayonara K. Bonatto  
Sayonara Schulze  
Sebastiana Santos  
Shelly Ribeiro Kwiatkowski  
Silvana Aparecida Estene  
Silvana Aparecida Portes Omeomichi  
Silvana Velho Rocha  
Silvano Ribas  
Silvia Daniele Rosa  
Silvia Maria Kocovich Farias  
Simone Da Aparecida Ferreira Da Conceição  
Simone Norberto Nascimento  
Sirlene Fatima Soares  
Sirlete Pedroso Rosa  
Soeli De Fatima Oliveira  
Sonali Spies Nicolau  
Suelem Aparecida Lemes  
Suzana Roque Moriggi  
Suzani De Fátima Salvador  
Tatiana Stipula Nazaro  
Terezinha Aparecida Barrabarra Dos Anjos  
Thalia Da Silva Ramos

Valdelucia Ferreira Dos Santos  
Valdeni Cavassini Soligo  
Vanderleia Nolasko Schrainer  
Vanessa Ferreira  
Vanuza Alves Da Rocha  
Vanuza Guerino Leite  
Vaudete De Fátima Pichurski  
Vera Lucia Muller  
Victor Doner  
Wilma De Cassia Kobeski Santiago  
Wilma De Cassia Kobeski Santiago  
Viviane Aparecida Taques Da Silva Andrade  
Viviane Brasil Silveira  
Viviane Da Silva Dos Santos De Souza  
Viviane De Jesus Dos Santos Ribeiro  
Yole Aparecida Fabricio Shimosaka  
Zelia Terezinha Capellesso  
Zelir Gubert  
Zeni De Fatima

# Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

Terça-Feira, 07 de Dezembro de 2021

Ano X – Edição Nº 2501

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

### DECRETO Nº 3.941

Súmula: "TORNA PÚBLICA A REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ETAPA MUNICIPAL DA IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CONAE 2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Palmas- PR, Kosmos Panayotis Nicolaou, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º.–O Município Palmas, através da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura ao preceito legal previsto na Lei Federal nº 13005/2014, que trata do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e a Lei Municipal nº 2305/2015 que aprova o Plano Municipal de Educação – PME 2015-2025, torna público, a realização da Conferência Municipal de Educação, que será realizada no mês de dezembro de 2021, tendo como tema "Inclusão, equidade e qualidade: Compromisso com o futuro da educação brasileira".

Art. 2º.–A realização da Conferência de Educação no Município de Palmas será organizada e coordenada por membros do Conselho Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

§ 1º – para colaborar na organização da Conferência serão instituídas duas subcomissões:

I – Comissão Especial de Mobilização e Divulgação – CEMD – com as atribuições de:

- a) planejar e acompanhar a logística para a realização da conferência;
- b) propor e providenciar formas de suporte técnico;
- c) garantir o acesso aos documentos;

d) encaminhar ao Fórum Nacional de Educação, por meio eletrônico, o calendário, programação da conferência, lista de participantes, fotos e demais registros dos eventos preparatórios para a CONAE 2022, para divulgação nacional e registro.

II – Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS – com as atribuições de:

- a) propor estratégias e metodologias para as discussões do Documento Referência;
- b) elaborar proposta do Regimento Interno para a conferência;
- c) sistematizar as emendas/ aprovadas;

d) elaborar relatório final da conferência, que deverá ser encaminhado ao Fórum Nacional de Educação, por meio eletrônico, de acordo com orientações que serão fornecidas posteriormente.

§ 2º A participação e contribuição da população em geral se dará de forma online através de link disponível na página da Educação <https://educacao@omp.pr.gov.br>.

§ 3º – A Conferência Municipal de Educação de Palmas, será de forma presencial, e acontecerá no dia 16 de dezembro de 2021, oportunidade em que se reunirão representantes dos segmentos da educação do Município para debater o Documento Referência da CONAE 2022.

Art. 3º – A Conferência tem por objetivos:

I – Avaliar a implementação do PNE com destaque específico ao cumprimento das metas e das estratégias, sem prescindir de uma análise global do plano.

II – Avaliar a implementação do Plano Municipal de Educação, os avanços e os desafios para as políticas públicas educacionais.

III – Conclamar a sociedade brasileira para a elaboração e aprovação do novo PNE 2024-2034.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Palmas, PR, em 06 de dezembro de 2021.

Dr. Kosmos Panayotis Nicolaou - Prefeito Municipal

Co0377108

# Diário Oficial dos Municípios do Sudoeste do Paraná

## PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

### RESOLUÇÃO Nº 008/2021

Institui a Comissão Organizadora e as subcomissões para colaborar na Organização da IV CONAE – Etapa Municipal – Palmas PR

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas,

RESOLVE

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora e as subcomissões para colaborar na organização da IV CONAE – Etapa Municipal.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Organizadora que terá como atribuição a organização geral da conferência:

1. Joseana Maria Nicolaou
2. Leandro Tadeu Alves Dreher
3. Dirce Eliane Thiesen Bedin
4. Nathiely Juliana Ribeiro
5. Priscila Pontes Taques Barbosa

Art. 3º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial de Mobilização e Divulgação – CEMD:

1. Eleni Ribeiro de Souza
2. Neisi Marli Zago Dangui
3. Vanessa Bauer Ribas
4. Ironi Isabel Afonso
5. Jessica Fidelis Ribeiro

Art. 4º Comissão Especial de Mobilização e Divulgação – CEMD – com as atribuições de:

- a) planejar e acompanhar a logística para a realização da conferência;
- b) propor e providenciar formas de suporte técnico;
- c) garantir o acesso aos documentos;
- d) encaminhar ao Fórum Nacional de Educação, por meio eletrônico, o calendário, programação da conferência, lista de participantes, fotos e demais registros dos eventos preparatórios para a CONAE 2022, para divulgação nacional e registro.

Art. 5º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS:-

1. Reginaceli Krüger Sendeske
2. Emerson Luiz Ramos
3. Diogo Arthur Serpa Brunetti
4. Ricardo Severo Vaz
5. Aline Maiara Saldanha
6. Raquel Horn Bernet

Art. 6º Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização – CEMS – com as atribuições de:

- a) propor estratégias e metodologias para as discussões do Documento Referência;
- b) elaborar proposta do Regimento Interno para a conferência;
- c) sistematizar as emendas/ aprovadas;
- d) elaborar relatório final da conferência, que deverá ser encaminhado ao Fórum Nacional de Educação, por meio eletrônico, de acordo com orientações que serão fornecidas posteriormente.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.  
Palmas, 06 de dezembro de 2021.

Joseana Maria Nicolaou - Secretária Municipal de Educação  
Palmas PR

Cod377125

ANEXO III



INCLUSÃO, EQUIDADE  
E QUALIDADE:  
compromisso com o  
futuro da educação  
brasileira



- De 07 à 14/12 – Conferências livres através de Consulta Pública online
- Dia 10/12/2021 – Conferência Preparatória nas Escolas e CMEI's da Rede Municipal
- Dia 16/12/2021 – Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022 – Etapa Municipal

Local: Centro Cultural Dom Agostinho José Sartori

Programação:

8:00 as 8:30 credenciamento;

9:30 conferência de abertura / painel temático;

9:30 plenária de aprovação do Regimento Interno;

10:00 plenárias de eixo;

12:00 intervalo para almoço

13:30 plenárias de eixo

14:00 Plenária Final/ Eleição de Delegados

ANEXO IV  
**CONAE -2022**  
**REGIMENTO INTERNO**

**MUNICÍPIO DE PALMAS- PARANÁ**

**CAPÍTULO I**  
**DA REALIZAÇÃO E CARÁTER DA CONFERÊNCIA**

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Educação do Município de Palmas-PR acatando deliberação da Conferência Nacional de Educação - 2021 estabelece a realização da Etapa Municipal da CONAE 2022 a ser realizada no dia 16 de dezembro de 2021.

**Art. 2º** A Etapa Municipal da CONAE 2022 será precedida por etapa preparatória e conferências livres, sendo que estas atividades serão realizadas na primeira quinzena de dezembro de 2021.

**Art. 3º** A Etapa Municipal da CONAE possui caráter deliberativo e apresentará um conjunto de propostas a serem encaminhadas para a Etapa Estadual que, por sua vez, apresentará também um conjunto de propostas que subsidiará a efetivação e a implementação do novo Plano Nacional de Educação pelos municípios, pelos estados e pelo Distrito Federal, no contexto da construção do Sistema Nacional de Educação, abrangendo especialmente a participação popular, a cooperação federativa e o regime de colaboração.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS**

**Art. 4º.** A Etapa Municipal da CONAE 2022 tem por objetivos:

I - contribuir para a política nacional de educação, indicando responsabilidades, atribuições concorrentes, complementares e colaborativas entre os entes federados e os sistemas de ensino, bem como propor a política municipal de educação;



**II** - avaliar a implementação das deliberações, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação 2014/2024, verificando impactos e procedendo às atualizações de propostas para a elaboração de políticas nacionais de educação;

**III** - avaliar a implementação das deliberações, metas e estratégias do Plano Municipal de Educação de 2015/2025, verificando impactos e procedendo às atualizações de propostas para a elaboração de políticas municipais de educação;

**IV** - acompanhar o processo de implementação municipal das diretrizes, medidas legislativas estabelecidas nos artigos da lei, metas e estratégias do PNE, contribuindo para articular o Sistema Nacional de Educação;

**V** - construir conceitos, diretrizes e estratégias municipais, estaduais e nacionais para a efetivação do Sistema Nacional de Educação;

**VI** - consolidar o processo de institucionalização do Fórum Municipal de Educação, convocado e estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, como instância consultiva de articulação, organização, acompanhamento da política municipal de educação e, especialmente, da elaboração do novo Plano Municipal de Educação, de coordenação permanente das próximas conferências municipais de educação no âmbito do Sistema Nacional de Educação;

**VII** - integrar todos os níveis, etapas e modalidades da educação numa abordagem sistêmica, com vistas a edificar o Sistema Nacional de Educação, especialmente no tocante ao planejamento e gestão, avaliação, financiamento, formação inicial e continuada dos

trabalhadores em educação, além da garantia das condições de oferta de ensino com qualidade social;

**VIII** - propor reformulações necessárias ao marco legal da educação estadual e nacional para que o planejamento de ações articuladas entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios se torne uma estratégia basilar para a implementação do novo Plano Nacional de Educação;

**IX** - indicar as condições para a definição de políticas educacionais que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade.

### **CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 5º** A etapa municipal da CONAE 2022 será realizada neste Município de Palmas – PR, no dia 16 de dezembro de 2021 e será precedida por uma Conferência Preparatória.

**§ 1º** Poderão participar desse processo o Poder Público, segmentos educacionais, setores sociais, entidades que atuam na área da educação e todos/as os/as profissionais e pessoas dispostas a contribuir para a melhoria da educação municipal, estadual e nacional, conforme critérios estabelecidos neste Regimento.

**§ 2º** A Conferência Preparatória será organizada com ampla participação da sociedade, de forma presencial e online e não terá caráter deliberativo.

**Art. 6º** A Conferência Municipal de Educação será presencial e presidida pelo/a Presidente do Conselho Municipal de Educação ou por outro membro por ele/a designado/a.

**Art. 7º.** O Conselho Municipal de Educação organizará a Conferência Municipal de Educação desenvolvendo suas atividades, conforme o disposto no presente Regimento, observando-se o seguinte:

I - atender aos aspectos políticos, técnicos, administrativos e financeiros que sejam relevantes para a realização da Etapa Municipal da CONAE 2022;

II - apoiar e acompanhar a preparação e o desenvolvimento da Conferência Preparatória;

**Art. 8º** A Conferência Municipal de Educação, será organizada e coordenada pelo Conselho Municipal de Educação, tendo como objeto de discussão o Documento-Referência da CONAE 2022.

**Art. 9º** Não havendo Fórum Municipal da Educação constituído no Município, deverá o Conselho Municipal de Educação assumir a responsabilidade de sua efetivação, o qual assumirá os trabalhos e responsabilidades para a realização da Conferência Municipal.

**§ 1º** Deverá ser instituída, pelo Conselho Municipal de Educação uma Comissão Geral Coordenadora, cujo Presidente dirigirá todos os trabalhos.

**§ 2º** O Conselho Municipal de Educação deverá atuar juntamente com a Comissão para a organização e êxito da Conferência.

**Art. 10.** O Fórum Municipal de Educação ou, em seu lugar, o Conselho Municipal de Educação, constituirá comissões especiais para a execução das ações referentes a todas as etapas da CONAE, a saber:

I - Comissão Especial de Divulgação e Mobilização;

II - Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização.

**§ 1º** A Comissão Especial de Divulgação e Mobilização é responsável por:

I - apoio e acompanhamento da realização da Conferência Preparatória;

II - realização de campanha publicitária e elaboração de materiais de divulgação da Etapa Municipal da CONAE 2020, assim como sua distribuição e inserção nos locais e meios mais apropriados.

**§ 2º** A Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização é responsável pela:

I - elaboração da proposta metodológica da Etapa Municipal da CONAE 2022, incluindo a sua dinâmica, de acordo com a orientação nacional de tema central e eixos temáticos;

II - sistematização das propostas aprovadas nas Plenárias de Eixo;

III - avaliação das moções apresentadas durante a Etapa Municipal da CONAE.

**Art. 11.** Com o objetivo de assegurar a existência de um relatório final que possa contribuir para a formulação das ações subsequentes, será designado, pelo Fórum Municipal de Educação, ou Conselho Municipal de Educação um grupo de trabalho especial responsável pela sistematização e elaboração do Documento Final da Etapa Municipal da CONAE.

**Parágrafo único.** O grupo de trabalho especial, de que trata o caput deste artigo, será presidido pelo coordenador da Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização do Fórum Municipal de Educação ou do Conselho Municipal de Educação.

#### **CAPÍTULO IV DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO**

**Art. 12.** A CONAE 2022, em suas etapas preparatórias, municipais e/ou Intermunicipais e Estadual tem como tema principal: **INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE – compromisso com o futuro da educação brasileira**, discutido a partir dos seguintes eixos temáticos, tendo por fundamento o resultado da avaliação do Plano Municipal de Educação vigente:

#### **EIXO 1: O PNE 2024 – 2034: AVALIAÇÃO DAS DIRETRIZES E METAS**

## **01. Evolução das Políticas Educacionais de 2018 a 2022:**

Avaliação da evolução das Políticas Públicas, no âmbito da Educação, desde a realização da última CONAE (2018) até 2022

## **02. O Plano Nacional de Educação 2014 – 2024:**

Avaliação diagnóstica sobre as 10 Diretrizes e 20 metas estabelecidas, atualização sobre as atuais demandas

## **03. O PNE 2024 – 2034 e a valorização dos profissionais da Educação:**

Formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde;

## **04. O PNE 2024 – 2034 e a Inclusão:**

Acessibilidade, direitos humanos e ambientais, justiça social, políticas de cotas, educação especial e diversidade;

## **05. O PNE 2024 – 2034 e a equidade:**

Democratização do acesso, permanência, aprendizagem e gestão do fluxo escolar;

## **06. O PNE 2024 – 2034 e a qualidade:**

Avaliação e regulação das políticas educacionais,

Base Nacional Curricular Comum – BNCC;

## **07. O PNE 2024 – 2034 e a gestão democrática da escola pública:**

Participação popular e controle social;

## **08. O PNE 2024 – 2034:**

Os limites e necessidades impostas por crises que impactem a escola:

Educação em tempos de pandemia;

## **09. O PNE 2024 – 2034:**

Desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

### **EIXO 2: UMA ESCOLA PARA O FUTURO: TECNOLOGIA E CONECTIVIDADE A SERVIÇO DA EDUCAÇÃO.**

#### **01. O PNE 2024 – 2034 na construção de uma escola para o futuro:**

Que assegure o acesso à inovação, tecnologias, metodologias ativas, oferta de Educação aberta e a distância;

#### **02 . O PNE 2024 – 2034 na organização de uma escola para o futuro:**

Garantia de infraestrutura tecnológica, que permita a internacionalização curricular, a ampliação da conectividade, o acesso integral à internet e a disposição computacionais;

#### **03. O PNE 2024 – 2034 na definição de uma escola para o futuro:**

Que estabeleça prioridade aos/às estudantes da educação básica no acesso a equipamentos de tecnologia, utilização de plataformas e aplicativos que potencializam o uso de internet.

### **EIXO 3: CRIAÇÃO DO SNE: AVALIAÇÃO DA LEGISLAÇÃO INERENTE, PROPOSTA DO MODELO**

#### **01. O PNE 2024 – 2034 na articulação do Sistema Nacional de Educação:**

Instituição, democratização, cooperação federativa, regime de colaboração, parcerias público-privadas, avaliação e regulação da Educação;

#### **02. O PNE 2024 – 2034**

Políticas intersetoriais de desenvolvimento e Educação cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação;

#### **03. O PNE 2024 – 2034 e o financiamento da Educação:**



Gestão, transparência e controle social.

**Art. 13.** A Etapa Municipal da CONAE estruturada com a seguinte dinâmica:

I - credenciamento;

II - conferência de abertura / painel temático;

III - plenária de aprovação do Regimento Interno;

IV - plenárias de eixo;

V - plenária final.

**Art. 14.** Os debates na Etapa Municipal da CONAE deverão orientar-se por uma visão ampla, abrangente, inclusiva e sistêmica da educação, primando pela garantia do processo democrático, pelo respeito mútuo entre os/as participantes, pela promoção da pluralidade de ideias, identidades e expressões, pela consideração à representatividade dos segmentos e setores sociais e pelo fortalecimento da articulação entre os entes federados.

**Art. 15.** As atividades da Etapa Municipal da CONAE terão como referência a programação presente no Anexo I deste Regimento.

#### **CAPÍTULO V DA METODOLOGIA NAS ETAPAS DA CONFERÊNCIA**

**Art. 16.** As contribuições e propostas ao Documento-Referência aprovadas na Conferência Municipal de Educação serão encaminhadas a Etapa Estadual da CONAE 2022.

**Art. 17.** Para a elaboração do Relatório Final da Etapa Municipal da CONAE, o Fórum Municipal de Educação/ Conselho Municipal de Educação ou a Comissão de Coordenação Geral, consolidará relatórios com as emendas ao Documento Referência, inserindo-as devidamente no sistema informatizado de relatoria da CONAE.

**§ 1º** No Documento Referência poderão ocorrer quatro tipos de emendas:

- a) Aditivas (acrescentar)
- b) Supressivas - parciais ou totais (suprimir)
- c) Substitutivas – (alterar ou substituir)
- d) Novas emendas

## **CAPÍTULO VI DAS PLENÁRIAS DE EIXO**

**Art. 18.** As plenárias de eixo terão as seguintes etapas:

- I - apresentação da equipe de coordenação dos trabalhos;
- II - leitura do respectivo Eixo Temático e suas subdivisões, com destaques orais, devidamente apresentados por escrito;
- III - discussão e votação dos destaques, bem como os encaminhamentos das deliberações para a plenária final.

**Parágrafo único.** A coordenação das plenárias de eixo será exercida por membros do Fórum Municipal de Educação/ Conselho Municipal de Educação ou Comissão de Coordenação Geral.

**Art. 19.** A discussão e as deliberações das emendas terão os seguintes critérios:

- I - as emendas relativas aos respectivos eixos que não forem destacadas oralmente pelo plenário serão consideradas aprovadas;
- II - havendo posicionamento divergente quanto ao mérito de qualquer emenda destacada do relatório dos eixos, a coordenação dos trabalhos deve garantir uma defesa favorável e uma contrária num intervalo de tempo de 3(três) minutos para cada participante, antes do processo.
- III - as emendas encaminhadas à plenária final, com mais de 50% de votos dos/das presentes nas plenárias de eixo, serão incorporadas ao Relatório Final da Etapa Municipal e para serem retiradas do Relatório Final deverão ser destacadas pela Plenária Final;

IV - as emendas destacadas e discutidas nas plenárias de eixo, que não obtiverem 50% de votos dos/das presentes, serão consideradas rejeitadas.

**Art. 20.** As emendas poderão sofrer ajustes de redação a partir de acordos ou consensos formulados por ocasião do processo de votação, vedada a alteração do mérito da proposta.

## **CAPÍTULO VII DA PLENÁRIA FINAL**

**Art. 21.** Na plenária final as propostas serão votadas e aprovadas quando obtiverem maioria simples, ou seja, mais de 50% (cinquenta por cento) de votos dos presentes.

**§ 1º** Constarão do Relatório Final da Etapa Municipal da IV CONAE as propostas aprovadas na plenária final.

**§ 2º** As emendas que não forem aprovadas na plenária final da Etapa Municipal da IV CONAE constarão dos anais da Conferência.

**Art. 22.** As intervenções nas plenárias da Etapa Municipal deverão acontecer num intervalo de tempo de 3(três) minutos para cada participante.

**Art. 23.** As questões de ordem levantadas deverão versar sobre a pauta em debate e serão resolvidas pela coordenação dos trabalhos ou, se ainda necessário, poderão ser remetidas para apreciação e posicionamento do Fórum Municipal de Educação/ Conselho Municipal de Educação (Comissão de Coordenação Geral), sem prejuízo do andamento das atividades.

## **CAPÍTULO VIII DAS MOÇÕES**

**Art. 24.** Os membros credenciados/participantes só poderão apresentar moções que tenham como conteúdo o tema central e os eixos temáticos da CONAE 2022.

**§ 1º** Somente serão aceitas moções que forem assinadas por 20% (vinte por cento) ou mais dos credenciados/participantes na

Etapa Municipal, ou que forem apresentadas por 10(dez) ou mais entidades de abrangência municipal representadas na Conferência.

§ 2º As moções serão recebidas pela Comissão de Monitoramento e Sistematização até às 11 horas, do dia 16 de dezembro de 2021.

§ 3º As moções deverão ter, no máximo, uma lauda e não poderão substituir as deliberações da Etapa Municipal da CONAE.

§ 4º As moções terão sua admissibilidade avaliada pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização, segundo os critérios acima enunciados.

§ 5º As moções admitidas pela Comissão Especial de Monitoramento e Sistematização serão encaminhadas para deliberação da Plenária Final.

§ 6º Não serão admitidas apresentações de moções nas Plenárias de Eixos.

#### **CAPÍTULO IX**

#### **DA COMPOSIÇÃO E PARTICIPAÇÃO NA ETAPA MUNICIPAL DA CONAE**

**Art. 25.** A Etapa Municipal da CONAE contará com uma participação ampla e representativa das várias instituições federais, estaduais e municipais, organizações, entidades, segmentos sociais e setores, de representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das entidades de trabalhadores/as da educação; de empresários/as, de órgãos públicos, de entidades e organizações de pais/mães e de estudantes, da sociedade civil; dos movimentos de afirmação da diversidade, dos conselhos de educação e de organismos internacionais.

**Art. 26.** Todos/as credenciados/participantes da Etapa Municipal da CONAE terão direito a voz e voto.

**Art. 27.** São delegados/as eleitos/as para a Etapa Estadual da CONAE os/as escolhidos/as na Conferência Municipal, de acordo com a distribuição por segmento no âmbito de suas respectivas entidades, conforme o que dispõem o Anexo II deste Regimento Interno.

**Art. 28.** Os/As delegados/as deverão realizar suas inscrições no dia da Conferência Municipal após votação.

**§ 1º** O Fórum Estadual de Educação/Conselho Municipal de Educação será responsável pelo processo de homologação dos participantes inscritos.

**§ 2º** Os participantes com deficiência indicarão na ficha de inscrição o recurso de acessibilidade necessário para sua plena participação em todas as etapas da Conferência.

**§ 3º** Serão garantidas as condições de acessibilidade em todas as etapas da conferência.

#### **CAPÍTULO X DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 29.** O credenciamento de participantes à Etapa Municipal da IV CONAE ocorrerá por inscrição prévia on-line no link informado no portal da educação até 15 de dezembro de 2021 e junto à estrutura instalada no local do evento - até às 8h30min, do dia 16 de dezembro de 2021.

#### **CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 30.** As despesas com a organização e a realização da Etapa Municipal da CONAE ocorrerão à conta de dotações orçamentárias consignadas a Secretaria Municipal de Educação e/ou por recursos de outras fontes.

**Art. 31.** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Municipal de Educação ou pela Comissão de Coordenação Geral.

Palmas, 16 de dezembro de 2021

Leandro Tadeu Alves Dreher  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Joseana Maria Nicolaou  
Secretária Municipal de Educação

# ANEXOS

## ANEXO I – Programação do evento



### INCLUSÃO, EQUIDADE E QUALIDADE: compromisso com o futuro da educação brasileira



- De 07 à 14/12 – Conferências livres através de Consulta Pública online
- Dia 10/12/2021 – Conferência Preparatória nas Escolas e CMEI's da Rede Municipal
- Dia 16/12/2021 – Conferência Nacional de Educação – CONAE 2022 – Etapa Municipal

Local: Centro Cultural Dom Agostinho José Sartori

Programação:

8:00 as 8:30 credenciamento;  
9:30 conferência de abertura / painel temático;  
9:30 plenária de aprovação do Regimento Interno;  
10:00 plenárias de eixo;  
12:00 intervalo para almoço  
13:30 plenárias de eixo  
14:00 Plenária Final/ Eleição de Delegados

## ANEXO II

**Tabela das vagas de delegado no município**

Segmentos	Vagas
Educação Infantil	01
Ensino Fundamental	01
Educação Especial	01
Ensino Médio	01
Ensino Superior	01
Conselho Municipal de Educação	01
Secretaria Municipal de Educação	01
Diversidade	02